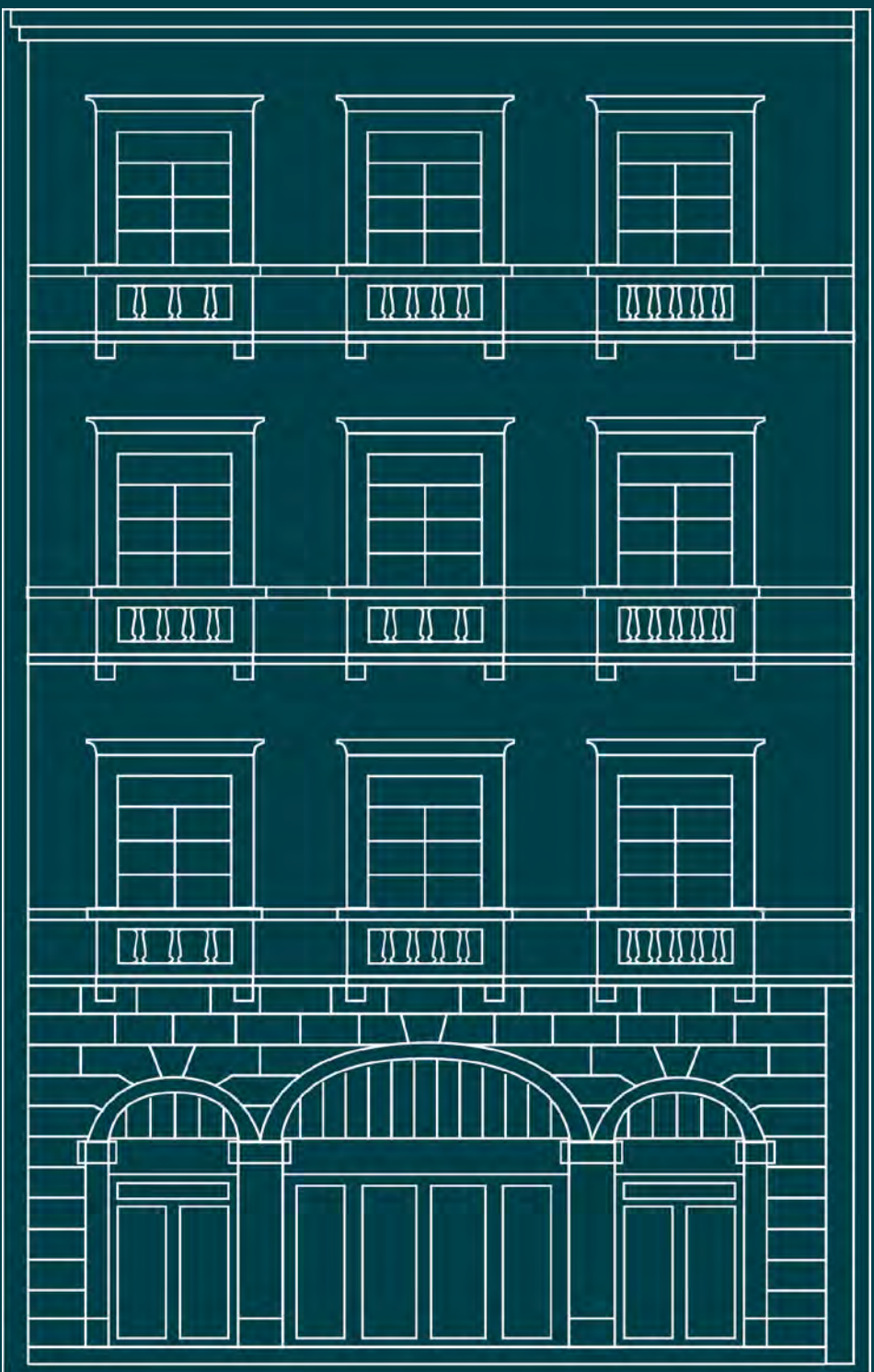


Atividades 2017

ibm
instituto brasileiro de
administração municipal



meio ambiente
resíduos sólidos
assistência social
educação
direitos
trabalho
consórcios
urbanismo
transparência
gestão
parcerias
carreiras
saúde
cultura
desenvolvimento sustentável
tributos
saúde
diversidade
finanças
políticas públicas

orçamento
segurança
descentralização

Relatório de Atividades | 2017

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Rua Buenos Aires, 19 – Centro
20070-021 – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax (21) 2537-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br - Web: www.ibam.org.br

Ficha Catalográfica
Catalogação na fonte pela Biblioteca do IBAM

Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Relatório de Atividades 2017. Rio de Janeiro, 2018

74p. 28cm

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – relatório, 2017.

CDD 352.06

Superintendente Geral

Paulo Timm

Conselho de Administração

Edson de Oliveira Nunes (presidente)
Edgar Flexa Ribeiro
Edvaldo Pereira de Brito
João Pessoa de Albuquerque
Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva
Maria Terezinha Tourinho Saraiva
Mayr Godoy
Paulo Alcântara Gomes
Tito Bruno Bandeira Ryff
Willian Alberto de Aquino Pereira

Conselho Fiscal

Heitor Chagas de Oliveira
Paulo Reis Vieira
Raymundo Tarcísio Delgado
Roberto Guimarães Boclin

Assembleia Geral do IBAM

Adolfo Martins de Oliveira, Anna Maria Medeiros Peliano, Antônio Batista da Silva Junior, Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Edgar Flexa Ribeiro, Edson de Oliveira Nunes, Eduardo Sales Novaes, Edvaldo Pereira de Brito, Emilio Lèbre La Rovere, Heitor C. Chagas de Oliveira, Ives Gandra da Silva Martins, João Pessoa de Albuquerque, Jorge Khoury, José Maria Almeida Martins Dias, Leyla Maria Felix do Nascimento, Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva, Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Mario Alves de Melo, Marlene Alan Fernandes, Mayr Godoy, Moacyr Barros Bastos, Nelson Manoel de Mello e Souza, Paulo Alcântara Gomes, Paulo César Martinez y Alonso, Paulo Rabello de Castro, Paulo Reis Vieira, Paulo Roberto de Mendonça Motta, Pedro Wilson Leitão Filho, Raymundo Tarcísio Delgado, Roberto Guimarães Boclin, Sergio Ferraz Magalhães, Sonia Rabello, Stélio Emanuel de A. Roxo, Teresa Costa d'Amaral, Tito Bruno Bandeira Ryff, Wagner Siqueira, Willian Alberto de Aquino Pereira

APRESENTAÇÃO

A aderência do IBAM à missão que adotou faz com que anualmente certas características de sua atuação e funcionamento sejam objeto de destaque no Relatório de Atividades. Assim, no ano de 2017 se poderá ver, mais uma vez, a variedade e a amplitude dos temas a que o Instituto se dedica.

O texto adiante destaca o IBAM como gerador, distribuidor e articulador de conhecimento sobre gestão governamental, o que lhe garante o reconhecimento e a legitimidade do papel que cumpre no cenário das organizações de natureza semelhante, também avalizado pela atualização tecnológica que lhe é inerente.

Os pareceres elaborados pela Consultoria Jurídica e por outros técnicos respondem a essa demanda e propõem iniciativas que afastam dúvidas, ao tempo em que também indicam outras fontes que podem ser consultadas para elucidar a questão apresentada.

A política de manutenção de representações em outros Estados - São Paulo e em Santa Catarina - contribui para que a amplitude de atuação antes referida seja efetiva, não só ponto de vista temático como territorial. Ambas realizaram grande número de concursos públicos, ministraram cursos, desenvolveram projetos de modernização administrativa, enfim, ofereceram, em suas áreas de influência, o rol de objetivos que o Estatuto Social confere ao IBAM.

Parcerias com entidades municipalistas ou ligadas à administração foram firmadas e provocaram encontros, seminários e outros momentos em que o IBAM esteve presente, fazendo palestras, participando de debates ou apresentando projetos.

Em relação às atividades de ensino, a Escola Nacional de Serviços Urbanos ENSUR promoveu cursos, palestras e oficinas com a presença de servidores de todas as esferas governamentais, além de outros interessados em conhecer mais sobre políticas públicas e outros temas que lhe são correlatos.

Projetos dedicados ao aperfeiçoamento da administração pública, especialmente a municipal, foram também realizados, como a implementação de projetos de qualificação das receitas próprias, especialmente do ISSQN, elaboração de estatutos de servidores, estrutura administrativa, atualização de leis orgânicas municipais, planos de cargos e carreiras, concursos públicos entre outros.

O Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - PQGA, em seu último ano, continuou mirando nos 530 Municípios do Bioma Amazônia, com o objetivo de aperfeiçoar a atuação destes no que respeita ao meio ambiente. São muitas as ações decorrentes desse programa e sua repercussão tem sido bastante gratificante, pois os envolvidos demonstram que a presença física ou virtual do IBAM é fator de melhoria. Foram cursos, publicações, encontros com Vereadores e outros agentes públicos, assessoria a distância tudo informado em detalhes no devido espaço do Relatório.

Voltados também para a preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade, o IBAM deu andamento a alguns outros projetos com o apoio do BID e Caixa Econômica Ministério trazendo benefícios para a gestão ambiental do ICMBio e do INEA. Neste contexto citam-se os Programas de Parcerias Ambientais Público Privadas, relacionado com a modernização da gestão das Unidades de Conservação federais e o Programa de Olho no Lixo que promoveu ações de educação ambiental para evitar o lançamento de resíduos sólidos na Baía de Guanabara. O saneamento também foi objeto de contratos voltados para a elaboração de Planos Municipais, visando definir os caminhos e ações para futuros projetos de melhorias nos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

As questões urbanas e de eficiência energética também ocuparam espaço significativo na agenda do Instituto. Planos diretores foram realizados para importantes municípios de dimensão e complexidade diferenciadas e também para Regiões Metropolitanas.

No tema dos direitos humanos, os destaques vão para as políticas de assistência social, seja no campo do planejamento como no de participação direta em conselhos, e para os projetos no campo das questões de gênero.

Em 2017, o IBAM adequou o sistema de iluminação artificial do seu edifício sede com as diretrizes que determinam a iluminância de ambientes por classe de tarefa visual conforme Termo de Cooperação Técnica com a LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. Além de qualificar o ambiente de trabalho no Instituto, o projeto fortalece a capacidade de incentivar governos locais a se engajarem em projetos de natureza semelhante.

Não obstante a situação política e econômica do país, que tem dificultado a realização de grandes contratos, as contas do Instituto repercutem uma situação controlada e não impedem a implementação de iniciativas de melhorias voltadas para as características internas à organização como a mencionada anteriormente, no caso da iluminação.

A leitura do texto completo do Relatório mostrará detalhes dos pontos acima ressaltados, assim como permitirá ao leitor inteirar-se de outras informações também relevantes e que refletem como foi a passagem do ano para o IBAM.

Paulo Timm
Superintendente Geral

SUMÁRIO

Articulação e Cooperação	9
Participação em Eventos	19
Ensino	27
Assessoria Técnica	31
Governança e Instrumentos de Gestão	31
Meio Ambiente	39
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - PQGA	39
Parcerias Ambientais Público Privadas - PAPP	59
Planos Diretores	63
Programa de Direitos Humanos	67
Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados	71

Articulação e Cooperação

Rede IBAM de Municípios

A atuação do Instituto como gerador, distribuidor e articulador de conhecimento sobre gestão governamental o coloca em posição destacada entre as organizações similares que atuam no país. Muitos municípios se articularam com o Instituto constituindo uma rede de apoio e intercâmbios.

As ações de assessoramento técnico a distância visam ao fortalecimento e à qualificação das instâncias governamentais em escala nacional e, neste contexto, o desafio é alcançar áreas remotas, com dificuldade de acesso à informação, a fim de orientar e indicar ações que promovam a eficiência máxima na prestação dos serviços públicos às comunidades.

A responsabilidade por tais atribuições se concentra na **Consultoria Jurídica** e no Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas, que elaboram pareceres, estudos, artigos e modelos disponíveis para consulta no Laboratório de Administração Municipal, banco de dados hospedado no portal do IBAM na internet, além de prestarem informações na modalidade de atendimento direto por telefone e de forma presencial.

Os pareceres tiram dúvidas e orientam servidores de Prefeituras, Câmaras e Autarquias com base na melhor doutrina e jurisprudência; o atendimento telefônico responde a questões que demandam esclarecimentos imediatos e que, quando necessário, são acompanhados de indicações de leitura de pareceres, estudos e artigos, assim como da legislação pertinente e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

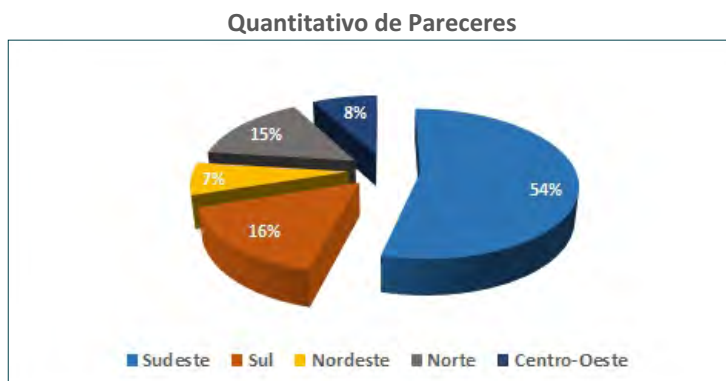
O atendimento presencial aos associados ao Instituto, além de excelente oportunidade para estreitar as relações com os gestores municipais e fazê-los conhecer de perto nossa equipe e a diversidade de trabalhos realizados, presta-se não apenas à elucidação de dúvidas, mas principalmente ao exame e à construção conjunta de soluções para os problemas apresentados.

Em 2017 foram emitidos **4420 pareceres jurídicos e contábeis**, isto é, quase 370 pareceres por mês; 65% foram elaborados a pedido de Câmaras Municipais; 32% por solicitação de Prefeituras e 2% por demanda de outras entidades.

Já o atendimento telefônico respondeu a **468 consulentes**, revelando a tendência da valorização dos contatos virtuais, agora por *facebook* e *whatsapp*.

Por outro lado, foi marcante, durante o ano de 2017, a presença de equipes de diferentes Prefeituras que visitaram o Instituto para discutir a contratação de novos projetos ou para debater aspectos importantes de trabalhos em processo de execução. As reuniões sempre contavam com a presença de dois a três profissionais do município e igual número de integrantes dos setores técnicos do IBAM. Também é importante ressaltar que as visitas de prospecção foram bastante intensificadas face à crescente demanda dos governos locais, todos preocupados em atuar de forma eficiente, com custos e equipes melhor qualificadas.

O gráfico a seguir permite a visualização dos pareceres solicitados, por região.



O **Laboratório de Administração Municipal - LAM** registrou 33.449 visualizações ou downloads de arquivo, sendo 32.715 pareceres, 283 estudos, 377 modelos e 74 artigos da Revista de Administração Municipal, dados que revelam, em comparação ao ano anterior que teve 24.335 visualizações ou downloads, um aumento significativo de acessos aos trabalhos disponibilizados pelo Instituto.

As demandas por pareceres de natureza orçamentária e financeira, prolatados pelo **Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas - CEIF**, são distribuídas regionalmente de maneira semelhante às solicitações na área jurídica.

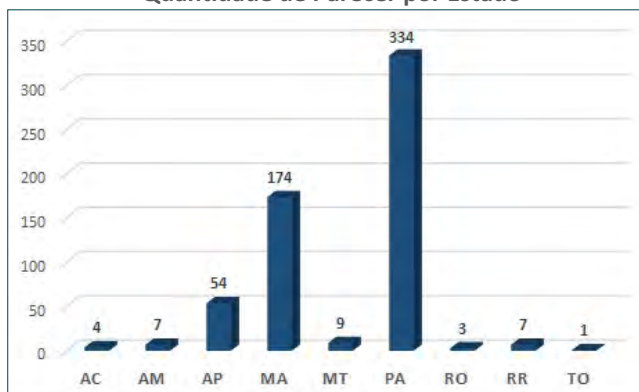
O CEIF, além de atender às solicitações dos associados ao IBAM já descritas, realizou outras atividades, tais como:

- elaboração e revisão de textos utilizados nas disciplinas da área de administração financeira para os cursos ministrados no programa de educação a distância;
- coordenação técnica de cursos na área de finanças públicas.
- elaboração e revisão de propostas técnicas e financeiras de cursos descentralizados;
- revisão de textos de análises financeiras;
- coordenação e realização de cursos presenciais na sede da instituição e descentralizadamente.

A Consultoria Jurídica e o Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas também atendem solicitações técnico-jurídicas do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental Municípios Bioma Amazônia, desenvolvido pelo Instituto com recursos do Fundo Amazônia/BNDES.

No ano de 2017 os Municípios participantes do Programa solicitaram 593 pareceres jurídicos e fizeram o *download* de outros 1504 pareceres e 142 notas técnicas.

Quantidade de Parecer por Estado



A seguir são destacadas as ementas de alguns pareceres, evidenciando temas que provocaram mais interesse.

Pareceres Jurídicos

Ação Municipal.

- Competência legislativa Municipal. Cerca energizada. Considerações.
- Desapropriação por utilidade pública. Pagamento parcial da indenização com imóvel desafetado de propriedade do Município. Impossibilidade. Violação ao art. 5º, XXIV, da Constituição Federal que determina que a desapropriação só ocorrerá mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
- Meio ambiente. Denúncia. Vazamento. Amônia. Considerações.
- Gerenciamento de resíduos sólidos. Elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PMGR. Considerações.
- Consórcio intermunicipal. Licenciamento ambiental. Poder de polícia ambiental. Arrecadação de taxas e multas. Considerações
- Licenciamento ambiental unificado. Integração Lavoura Pecuária - ILP. Considerações.
- Eliminação de lixo. Etapas preparatórias. Plano de ação. Considerações.

Agente Político.

- Prefeito Municipal que é também servidor público. A investidura no mandato de Prefeito implica imediato afastamento do cargo público. O Prefeito, afastado do cargo para cumprir mandato eletivo, não pode, no curso do mandato, receber ou usufruir de licença-prêmio, ainda que tenha preenchido todos os requisitos para o gozo do benefício. Viola os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativas que o ato de concessão de licença-prêmio seja de autoria do Prefeito em benefício próprio.

Finanças Municipais.

- Retenção na fonte de tributos e contribuições por serviços prestados por pessoas físicas.
- Destinação de parcela do Fundo de Participação dos Municípios ao Fundo Municipal de Meio Ambiente. Considerações.

Pareceres Jurídicos (cont.)

Competência legislativa municipal.	- Projeto de lei que determina que empresas de telecomunicações e de serviço de fornecimento de energia elétrica, após realizarem a poda de árvores, recolham e descartem em local apropriado galhos e folhas de árvores resultantes da poda. Constitucionalidade e legalidade da proposta. Necessidade de regulamentação das normas legais pelo Poder Executivo. - Projeto de lei que pretende estabelecer a obrigação de mercados, supermercados e estabelecimentos similares substituírem produto fora da validade adquirido por consumidor. Iniciativa parlamentar. Análise da validade. Considerações.
Convênios/Contratos. Consórcios públicos.	É indispensável a edição de leis de ratificação do protocolo de intenções. Regras sobre despesa com pessoal. Comentários.
Função Fiscalizadora da Câmara Municipal.	Denúncia. Partido político. Cassação de mandato de parlamentar. Possibilidade. Quórum de cassação. Comentários.
Licitação.	- Contratação direta. Inexigibilidade. Inviabilidade de competição. Fornecedor exclusivo. Considerações. - Estimativa de preços. Pesquisa de mercado e valores promocionais. Comentários. - Microempresas. Tratamento diferenciado. Disputa entre beneficiárias. Não aplicação de empate ficto. - Sistema de registro de preço. Ata de registro de preço. Cadastro de reserva. Convocação de classificados. Decreto Federal nº.7892/2013. Considerações
Patrimônio Municipal.	Avaliação patrimonial de bens.
Poder Executivo.	- Direito de acesso à informação. Transparência na Administração Pública. Processo administrativo e direito à razoável duração. Considerações. - Destinação de cadáveres e ossadas não reclamados. Regulamentação da matéria.
Poder Legislativo.	- Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Dispõe sobre a composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos Municipais. Composição. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade. Comentários. - Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Proibição de compra de fogos de artifícios ou similares com recursos públicos municipais, e uso em qualquer evento público mesmo que patrocinado por empresa terceirizada prestadora de serviço à municipalidade. Inconstitucionalidade. Decreto-lei nº 4.328/1942. Princípio da separação dos Poderes. Reserva da Administração. Considerações.

Pareceres Jurídicos (cont.)

Poder Legislativo.	- Realização de convênios ou outros instrumentos de parceria. Regras da Lei nº 13.019/14. - Uso da Tribuna Popular. Ausência de regulamentação. Mesa Diretora. Responsabilidade. Comentários.
Política Urbana.	- Posturas. Projeto de Lei proibindo atividade de "flanelinha". Iniciativa parlamentar. Incompetência municipal ante existência de Lei Federal permitindo a atividade. - Substitutivo de Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Logradouro com árvores da espécie Sibipiruna. A importância do direito à paisagem. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Código Florestal. Declaração de Área de Preservação Permanente. Iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Princípio da separação dos Poderes. Comentários.
Previdência.	- Vinculação de Vereador ao RGPS. Filiação de exercente de mandato eletivo. Comentários. - O Regime Geral é de filiação obrigatória. Comentários.
Processo Legislativo.	- Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de vacinação contra a gripe dos professores e funcionários da rede pública de ensino do Município. Iniciativa parlamentar. Análise da validade. Considerações. - Projeto de Lei. Autoria parlamentar. Dispõe sobre a utilização do Hino Municipal. Considerações. - Projeto de lei que dispõe sobre a instituição de interstício mínimo entre a data da implantação de novos radares e a efetivação da cobrança das respectivas multas. Iniciativa parlamentar. Análise da validade. Considerações.
Servidor Público.	- Aposentadoria pelo RGPS e complementação pelo Município. Empréstimo consignado. Desconto em folha. Considerações. - Limite da remuneração dos servidores público do Poder Legislativo Municipal é o subsídio do Prefeito, nos termos do art. 37, XI, da Constituição Federal. Comentários. - Concurso público. Reserva de vagas para deficientes e lista geral. Reprovação em exame psicotécnico. Considerações. - Contratação temporária por excepcional interesse público. Exigência de lapso temporal entre uma contratação e outra. Regra que homenageia o postulado constitucional da obrigatoriedade do concurso público (art. 37, II, da Constituição Federal). Considerações. - Contribuição sindical. Reforma trabalhista. Lei nº.13.467/2017. Alteração do art. 579 da CLT. Recolhimento facultativo. Considerações.

Pareceres Jurídicos (cont.)

Tributação.

- Contribuição de melhoria. Esclarecimentos.
- Cooperativa. Isenção da taxa de licenciamento ambiental. Necessidade de lei específica. Princípio da legalidade. Considerações.
- Alterações promovidas pela LC 157/2016 na LC 116/2013. Deve Município promover as alterações necessárias na legislação em consonância com as normas gerais da matéria.
- Taxa de licenciamento ambiental. Critérios de porte e potencial poluidor. Conflito entre a lei municipal que possui critério próprio e a Resolução COEMA nº 120/2015. Autonomia municipal. Considerações.

Nas 04 quatro edições da Revista de Administração Municipal editadas no ano de 2017 foram publicados um artigo e 10 pareceres produzidos pela equipe da Consultoria Jurídica, assim ementados:

- Acesso aos cargos públicos por estrangeiros no âmbito dos Municípios.
- Contribuição de iluminação pública. Tributação. Destinação vinculada.
- Garantias Constitucionais, Poder Executivo. Serviço de saúde. Prioridade de atendimento para munícipes. Impossibilidade. SUS. Princípio da universalidade do atendimento.
- Agentes comunitários de saúde e combate às endemias. Inviabilidade de contratação temporária.
- Decreto que declara emergência financeira no Município. Contratação com dispensa de licitação com base no decreto.
- Participação das sociedades cooperativas em licitações públicas.
- Política Urbana. Substitutivo de Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Logradouro com várias espécies de árvores. A importância do direito à paisagem.
- Competência Legislativa Municipal. O Município exerce legitimamente poder de polícia ambiental e deve obedecer ao princípio da máxima proteção do Direito Ambiental e o princípio da precaução.
- Servidor Público. Imposto sindical. Portaria nº 421/2017 do Ministério do Trabalho. Suspensão dos efeitos da Instrução Normativa nº 01/2017 não implica o não recolhimento do imposto sindical dos servidores municipais.
- Incentivo ao cultivo de plantas “Citronela” e “Crotalária”. Método natural de combate à dengue. Distribuição de mudas e campanhas educativas. Competência do Executivo Municipal. Inconstitucionalidade.
- Alteração pontual do Código de Posturas. Posse responsável de animais. Iniciativa parlamentar.



Representações do IBAM

O IBAM acredita que manter uma política de representações e parcerias proporciona o aperfeiçoamento da sua capacidade de atendimento às demandas municipais e garante presença efetiva no desenvolvimento de alternativas e soluções que modernizam o fortalecimento institucional dos Governos Municipais.

As **representações** nos Estados de **São Paulo** e de **Santa Catarina** mantiveram o perfil de elevada participação no assessoramento aos Governos Municipais, além de obterem resultados expressivos na execução de trabalhos na área de organização e gestão, bem como ampliaram, de forma significativa, a prestação de serviços às Prefeituras e Câmaras Municipais na elaboração e execução de concursos públicos e de processos seletivos, em todas as suas etapas

Foram realizados **34 Concursos Públicos** e **Processos Seletivos** nos Municípios dos dois estados, além de 10 outros projetos na área de administração (Estatuto, Plano de Carreira, e reestruturação administrativa). O detalhamento destes trabalhos está distribuído ao longo do relatório.

Centro de Documentação Prof. João Pessoa de Albuquerque

Está em pleno funcionamento o Centro de Documentação do IBAM que, em ambiente digital, é acessível ao público interno e externo. O Centro tem capacidade para atender às demandas por textos técnicos da área de atuação do IBAM para os seus profissionais, para os estudiosos de administração local e políticas públicas e para as necessidades específicas dos alunos da ENSUR nos cursos presenciais e a distância.

Para desenvolver maiores possibilidades de acesso aos livros e documentos, foram estabelecidas parcerias com bibliotecas de instituições congêneres, o que ampliou de maneira significativa o campo de pesquisa e de estudos para os interessados.

Como parte do Programa de Capacitação Permanente do corpo técnico e administrativo e dentro da perspectiva de desenvolver a memória institucional, o Instituto participou do seminário Preserva.ME, no Rio de Janeiro, pelo Centro Cultural Light.

Ressalte-se que o IBAM se mantém como entidade de referência no tema, disponibilizando a sua produção técnica, desde a sua criação, para o acesso aos estudiosos, pesquisadores técnicos e demais interessados no tema.



Partilhando Conhecimentos

O IBAM desenvolve atividades e projetos permanentes para a disseminação de seus conhecimentos e para o aperfeiçoamento das linhas de trabalho de gestores do setor público e de trabalhadores e de outras entidades que têm por objetivo a ampliação do conhecimento do público sobre políticas públicas.

Ilustram esta modalidade de trabalho muito utilizada e totalmente sem custo, por gestores e estudiosos de administração local e política pública, as publicações abaixo indicadas:

- **Revista de Administração Municipal - RAM**, disponível para o público em versão online ou para download, totalmente sem custos, e que publicou quatro números com o total de 16 artigos atuais e de interesse para gestores e técnicos, além de 16 pareceres jurídicos que apresentam orientações legais para a boa gestão governamental.
- **Gestão e Governança Local para a Amazônia Sustentável** - Notas Técnicas - Política Municipal de Meio Ambiente e Instrumentos específicos ou complementares - Volumes 01, 02 e 03.
- **Diagnóstico da Gestão Ambiental** - 16 publicações para atender aos seguintes Municípios: Macapá, Amapá, Calçoene, Cutias do Araguari, Ferreira Gomes, Itaubal do Pírim, Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jari.
- **Amazônia - Plano Diretor Municipal e Gestão do Território.**
- **Diretrizes de Gestão Ambiental Municipal - Região Litoral Ocidental Maranhense** publicação para o Municípios de Apicum Açu, Bacuri, Bequimão, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão, Serrano do Maranhão.
- **Diretrizes de Gestão Ambiental Municipal - Região Tocantina/MA**, publicação para os Municípios de Vila Nova dos Martírios, Senador La Rocque, São Pedro da Água Branca, São Francisco do Brejão, João Lisboa, Itinga do Maranhão, Imperatriz, Cidelândia, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, Amarante do Maranhão e Açailândia.
- **Estruturação de Unidade de Conservação Municipal** - Canutama/AM.
- **Guias para o Licenciamento Ambiental** - Torre de Celular.
- **Guias para o Licenciamento Ambiental** - Extração de Areia.
- **Diretrizes para a Gestão Ambiental Municipal e o Desenvolvimento Sustentável** - Região Leste, Região Centro, Região Norte e Região Sul - Amapá.



Parceria com a Frente Nacional de Prefeitos - FNP

O IBAM participou do Programa Fortalecer Municípios desenvolvido pela Frente Nacional de Prefeitos - FNP, cofinanciado pela União Europeia visando o apoio aos Municípios brasileiros na obtenção do financiamento do Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT.

A partir de um Termo de Colaboração assinado entre o IBAM e a FNP, foram desenvolvidas no mencionado Programa atividades que envolveram 213 Municípios e 610 integrantes de governos locais que participaram de oficinas, reuniões técnicas e apresentação de conteúdo sobre os projetos que podem ser objeto de financiamento do PMAT. Na ocasião foram também indicados os processos e rotinas para a obtenção do financiamento.

Parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos ABRH-RJ

Em mais um ano de parceria com a ABRH-RJ, o IBAM desenvolveu atividades de apoio no Congresso de Gestão de Pessoas, no Fórum do Setor Público e na concessão do Prêmio Ser Humano ABRH-RJ 2017.

Comitê Técnico Assessor da Premiação Internacional de Dubai

O IBAM integrou o Comitê Técnico Assessor (Technical Advisory Committee - TAC) de mais um ciclo da Premiação Internacional de Dubai para Melhores Práticas, promovido pela Prefeitura dessa cidade-estado dos Emirados Árabes Unidos com a cooperação do escritório central do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), com sede em Nairobi, no Quênia.

O comitê foi formado por 10 membros convidados da África do Sul, Brasil, Bulgária, Camarões, Dinamarca, Espanha, Grã-Bretanha, Jordânia, Malásia e Rússia. Do Brasil participou o urbanista Alberto Lopes, do quadro técnico do IBAM, indicado pela rede do Fórum Ibero Americano e do Caribe sobre Melhores Práticas, do qual o IBAM é membro fundador.



O grupo se reuniu em Dubai de 29 de outubro a 2 de novembro para avaliar 524 práticas inscritas de vários países de todos os continentes e regiões do mundo. Foram pré-selecionadas 110 práticas que foram submetidas ao júri final responsável pela indicação das 10 práticas premiadas nas seguintes categorias: Melhores Práticas, Transferência de Melhores Práticas, Setor Privado, Prêmio Individual e Pesquisa Universitária. A premiação procura ainda contemplar entre os ganhadores práticas das várias regiões do mundo.

Em 2017, a premiação de Dubai completou 21 anos de existência consolidando-se como amplo painel de iniciativas de governos, instituições e organizações não governamentais, profissionais, pesquisadores e práticos em geral comprometidos com a solução efetiva de questões que afetam a vida nas cidades e com a melhoria dos meios de vida urbanos. Assim, promotores, organizadores, avaliadores das candidaturas e premiados vêm formando ao longo do tempo uma comunidade mundial capaz de difundir conhecimento qualificado para inspirar o bom governo, a construção da boa cidade e a afirmação da cidadania.

Políticas Públicas para o Quênia

O IBAM recebeu uma equipe do Quênia, atuante na Assembleia do Condado de Kitui, composta por seis integrantes do grupo para assuntos sobre infraestrutura e gestão pública. O Condado de Kitui é um maiores do país e os visitantes estavam particularmente interessados em conhecer pesquisadores e gestores que pudessem discutir sobre as práticas, as estratégias e os desafios da gestão pública no campo da organização territorial urbana, do saneamento e das políticas sociais.

Delegação colombiana vem ao Ibam debater paradiplomacia e gestão de cidades

Por solicitação do Centro Nacional para el Desarrollo de la Administración Pública – CENDAP, o Ibam organizou visita técnica para 10 concejales (Vereadores) de Sabaneta, Município que integra a região metropolitana de Medellín, Departamento de Antioquia, Colômbia



A agenda de trabalho compreendeu visita à sede do IBAM e à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, tendo como foco de interesse o tema Gestão das Cidades e a Paradiplomacia. As exposições permitiram reflexão abrangente sobre o tema, tanto sob a perspectiva da sociedade, como também dos arranjos institucionais no âmbito das Administrações, apresentando principais lições aprendidas pelos Municípios que se organizaram para dar início a uma atuação internacional. A experiência da gestão urbana consorciada do Porto Maravilha também foi debatida e, ao final, realizada visita à área em que houve a intervenção.

IBAM recebe delegação da Fundação Líderes Globais para o Fomento dos Governos Locais

Por solicitação da Fundação Líderes Globais, o IBAM organizou visita técnica para 40 representantes da organização ao Estado do Rio de Janeiro e preparou uma agenda de atividades que possibilitasse ampliar o conhecimento sobre experiências brasileiras no campo do desenvolvimento e turismo e de gestão orçamentária, em especial sobre orçamento participativo.

A delegação, composta por pessoas da Costa Rica, Bolívia, El Salvador, Equador, Panamá e Uruguai, esteve na sede do IBAM, além de visitar os municípios de Niterói e de Petrópolis.

A Fundação Líderes Globais é uma organização internacional privada de utilidade pública, sem fins lucrativos, com sede em San José, Costa Rica, que tem por finalidade fomentar o papel dos governos locais no desenvolvimento democrático e na participação social em âmbito internacional, reunindo atores diversos. Entre suas atividades destacam-se ações de capacitação, pesquisa e formação de líderes locais a partir de uma visão global.



Participação em Eventos

XII ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Realizado em São Paulo o XII ENANPUR, teve como tema geral Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional? O IBAM participou do Encontro organizando a sessão livre intitulada Apropriação da terra e cidades na Amazônia. Vale destacar que a atividade foi a única do Encontro dedicada integralmente à Amazônia, ficando o IBAM responsável por levar para o principal evento acadêmico da área de planejamento urbano e regional do país debates afluídos pelas linhas de ação do PQGA e parceiros, tratando de inúmeras iniciativas e desafios pertinentes à realidade do Bioma Amazônia e seus Municípios.

A sessão foi coordenada pelo arquiteto e urbanista Henrique Barandier e contou com o geógrafo João Lagüens como debatedor, ambos da equipe técnica do IBAM.



O analista de gestão socioambiental do IBAM Hélio Beiroz apresentou o trabalho A questão da terra e o cenário socioambiental atual na Amazônia, ficando a cargo de outros expositores, representantes de entidades ligadas ao tema principal, as demais exposições.

IBAM participa de IV Encontro Diálogos Sustentáveis em Brasília

O IBAM, através do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - PQGA, participou do IV Encontro Diálogos Sustentáveis, no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília.

O evento, organizado pelo FUNBIO em parceria com a ABRAMPA, Escola Superior do Ministério Público, Coalizão Pró-UC e Fundação Gordon e Betty Moore, concluiu seu primeiro ciclo de encontros, também realizados nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso.

O encontro teve como objetivo debater as formas tradicionais de financiamento orientadas a iniciativas calcadas na conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, buscando agregar esforços e percepções de diferentes atores e avançar no efetivo acesso e eficaz execução dos recursos.



Os representantes do IBAM participaram dos debates nas mesas temáticas de concessão florestal, termo de ajustamento de conduta e financiamento bi e multilateral, além dos painéis e apresentações abertos a todo o público do evento, tratando de inovações, financiamento para conservação, diretrizes para execução da compensação ambiental e apresentação de olhares setoriais.

Moodle moot

Equipe de profissionais da área de Capacitação e Tecnologia do IBAM, participaram da conferência *Moodle moot*, que aconteceu na PUC-Rio.



Esse é um evento realizado em vários países do mundo, dedicado aos usuários, desenvolvedores e administradores do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem *Moodle*. Foi um importante momento de intercâmbio e ampliação dos conhecimentos sobre o ambiente virtual adotado pelo IBAM e, portanto, significativa oportunidade de aprendizagem e atualização sobre as inovações em andamento.

Seguem alguns dos temas abordados de interesse para futuros programas de capacitação: Avaliação por competência, H5P (Ferramenta gratuita/plugin para a criação de conteúdos interativos no moodle), Ferramenta FAT para análise de fórum, *Learning analytics*, *Moodle desktop*, Metodologias Ativas, Sala de aula invertida (*Flipped classroom*), Pedagogia das conexões e Arquitetura de software.



Encontro da Rede de Escolas de Governo

A coordenadora de ensino da ENSUR participou do Encontro da Rede de Escolas de Governo 2017, realizado no auditório da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Participaram do evento, que debateu os desafios da formação de servidores públicos municipais: Prefeitos, professores, profissionais e estudantes.



23º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância

O IBAM marcou presença no congresso realizado na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Com o tema metodologias ativas e tecnologias aplicadas à educação, o congresso compreendeu a apresentação de trabalhos científicos e de pôsteres, mesas-redondas, a realização de minicursos e lançamento de livros.

A coordenadora de ensino Márcia Costa participou como professora do minicurso Roteirização e produção de cursos de extensão para servidores públicos municipais.



2º Encontro de Urbanismo Colaborativo



O IBAM participou em Brasília/DF, do 2º Encontro de Urbanismo Colaborativo, promovido pelo Instituto de Urbanismo Colaborativo - CoURB

O Instituto deu destaque no Painel Participação Social no Brasil: Avanços e Desafios.

IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável

Pelo terceiro ano consecutivo, o IBAM foi convidado a participar como Membro do Conselho Consultivo do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável - EMDS para debater ideias sobre a pauta das Salas Temáticas e divulgar a iniciativa nos eventos regionais e nacional. Durante o evento, ocorrido em Brasília/DF, o IBAM contribuiu com os debates de vários temas e apresentou a sua experiência para atender as atuais demandas municipais.

Na Sala Temática “Eficiência energética, iluminação pública e energias renováveis”, a Coordenadora Técnica do IBAM no tema, Luciana Hamada, participou da Mesa “A importância da COSIP para viabilizar a modernização da iluminação pública”, com a apresentação da palestra “Custeio do serviço de iluminação pública: aspectos legais, administrativos e contábeis”.



O IBAM participou do debate sobre a eficiência energética no poder público, promovido pela Câmara Setorial de Energia do Fórum de Desenvolvimento do Rio, realizado na Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (ELERJ). O debate teve como objetivo evidenciar os desafios a serem superados e apontar caminhos visando à melhoria do desempenho energético nas instalações públicas, gerando economia de recursos, escassos em épocas de crise.



Criado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ e composto por 44 instituições, o Fórum de Desenvolvimento do Rio tem por objetivo unir iniciativas, promover debates e desenvolver uma agenda comum com foco na promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado, com o envolvimento da academia, sociedade civil organizada e o Parlamento Fluminense.

Para disseminar que é possível, mesmo em meio à crise econômica e política, implantar e desenvolver boas práticas de gestão que visem convergência entre propósitos organizacionais e pessoais, a ABRH-RJ em parceria com o IBAM e outras empresas, promoveu a 43ª edição do Congresso RH-RIO 2017.

Assim como nas edições passadas, O IBAM apoiou a ABRH/RJ na elaboração e realização do Congresso RH-RIO e moderou alguns painéis, na certeza de que reuniões desta natureza promovem a excelência como um valor a ser consolidado e disseminado tanto na gestão privada, quanto na pública.



Fórum Gestão de Pessoas do Setor Público

A ABRH RJ e o IBAM, em parceria, promoveram o **Fórum de Gestão Pública** que contou com a participação de representantes de organizações públicas, profissionais, estudantes e interessados da área.

O Fórum de Gestão Pública teve como objetivo trazer reflexões e debates sobre as melhores políticas e práticas de Gestão de Pessoas nas organizações públicas do Estado do Rio de Janeiro. Estiveram presente ao evento o Superintendente Geral do IBAM, o Diretor do Prêmio Ser Humano da ABRH RJ, e o Presidente do INPI.



IBAM colabora com Prêmio Ser Humano ABRH-RJ 2017

Pelo nono ano consecutivo, o IBAM apoiou a realização **Prêmio Ser Humano ABRH-RJ**, iniciativa que destaca e premia ações inovadoras na área de gestão de pessoas, nas categorias “Médias/Grandes Empresas”, “Organizações do Setor Público”, “Organizações do Terceiro Setor” e “Trabalhos Acadêmicos”.

Atuando como integrante da Comissão Julgadora do Prêmio, o IBAM participou da avaliação e premiação dos *cases* selecionados na categoria “Organizações do Setor Público”.

O IBAM e a ABRH - RJ investem no processo de troca de experiências, com a certeza de que criando uma rede de organizações do setor público, novos temas, ideias e soluções serão difundidas, diminuindo assim a distância entre teoria e prática.

Mesa Redonda na FGV RJ

Por convite da Fundação Getúlio Vargas - FGV, que promoveu discussão sobre o desenvolvimento de base de dados e informações, desenvolvimento de diagnósticos e alertas de compromissos legais para o planejamento público, o IBAM participou da Oficina de Trabalho na **Área de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano**, ocorrida nas instalações da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE, no Rio de Janeiro.

A dinâmica dos trabalhos da Oficina teve como objetivo construir indicadores para a gestão municipal, nos temas iluminação pública, mobilidade urbana, saneamento básico e planejamento urbano.

Programa Municípios Sustentáveis do Amazonas/AM

O Governo do Estado do Amazonas lançou o Programa **Municípios Sustentáveis do Amazonas** (MS Amazonas) e a Matriz Econômica Ambiental do Estado.

O evento foi realizado no auditório da sede do Governo e contou com a participação do IBAM, por meio do seu Programa de Qualificação da Gestão Ambiental Municípios Bioma Amazonas (PQGA), além de autoridades como o Ministro de Estado do Meio Ambiente, o Secretário de Estado do Meio Ambiente, a Diretora Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM, do Ministério Público Federal, entre outros. O público estimado foi de aproximadamente 300 pessoas.



Durante a solenidade foram assinados cinco termos de cooperação técnica com entidades que vão auxiliar os Municípios com ações de conservação ambiental dos recursos naturais, implantação de programa e subprogramas para a realização de capacitação e assessoria técnica, bem como o fortalecimento institucional, manejo e geração de emprego e renda nas unidades de conservação.

O IBAM é parceiro da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas e possui termo de cooperação técnica no âmbito do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental Municípios Bioma Amazonas (PQGA). O Instituto atua no sul do Estado do Amazonas, especialmente em Lábrea, Boca do Acre, Humaitá, Manicoré, Apuí, Novo Aripuan e Canutama, todos Municípios com participação ativa no Programa. Na solenidade, o IBAM foi representado por seu Superintendente Geral e pelo Coordenador de Comunicação e Articulação Institucional.

IBAM participa da 9ª reunião do CB27 em Salvador

O 9º Encontro Nacional do Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras - CB27 ocorreu em Salvador.

Criado durante o processo de preparação das cidades para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em maio de 2012, teve como objetivo promover a articulação política e a cooperação entre as capitais, em especial buscando soluções para os problemas ambientais comuns das cidades brasileiras, com foco no tema do enfrentamento às mudanças climáticas.



O evento reuniu aproximadamente 200 pessoas e representantes de 22 capitais brasileiras, sendo 18 secretários. O coordenador de Comunicação e Articulação Institucional do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - PQGA, foi representando o IBAM e participou da Mesa Diálogos e Parcerias, onde divulgou o Programa e articulou ações com oito secretários que representavam os Estados do Bioma Amazônia.

O evento foi realizado pelo CB27, Fundação Konrad Adenauer, ICLEI Governos Locais pela Sustentabilidade, Prefeitura de Salvador e Secretaria da Cidade Sustentável e Inovação. Além disso, contou com instituições convidadas como ANAMMA, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, Fundação Rockefeller e Absolar.



IBAM participa do Fórum Brasil de Gestão Ambiental em Campinas

O IBAM teve participação ativa na primeira edição do **Fórum Brasil de Gestão Ambiental FBGA**, em Campinas/SP.

O objetivo do Fórum foi promover o diálogo entre o setor público, privado, instituições e organizações não governamentais para fortalecer a gestão ambiental em âmbito nacional, em um processo de construção coletiva. Os temas discutidos incluíram fortalecimento e financiamento do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, desafios da regularização fundiária, uso de drones no registro de informações ambientais, direitos da natureza e políticas públicas nas cidades e gerenciamento de áreas contaminadas.

O FBGA é promovido pela Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA, com a Prefeitura de Campinas, Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA), Programa Cidades Sustentáveis, SOS Mata Atlântica, Consórcio PCJ, Ministério do Meio Ambiente, entre outras instituições.



Ensino

A Escola Nacional de Serviços Urbanos - ENSUR é a unidade organizacional do IBAM responsável pelo desenvolvimento e realização de programas e projetos educacionais. Nos cursos, palestras e oficinas que realiza, recebe servidores públicos municipais, estaduais e federais, estudantes, profissionais liberais e consultores.

Suprir as demandas de capacitação, acompanhar o avanço de tecnologias educacionais e desenvolver soluções inovadoras para a formação e o desenvolvimento de servidores públicos municipais é a principal característica da atuação da ENSUR.

Além da realização de um Programa Anual de Capacitação, a ENSUR desenvolve outras estratégias educacionais para o fortalecimento de Escolas de Governo e órgãos responsáveis pela formação de servidores, atua na realização direta de cursos, estudos e pesquisas e realiza assessoria técnica em programas e projetos que tenham na capacitação um de seus componentes. Em 2017 cumpre destacar, entre outras atividades, as que são apontadas a seguir:

Programa de Capacitação

O Programa de Capacitação da ENSUR oferece temas diversificados que são organizados em eixos temáticos.

- Direito, Administração, Gestão e Técnicas de Governo
- Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
- Finanças Públicas
- Políticas Públicas Setoriais

Os temas são abordados na forma de palestras, seminários, oficinas e cursos nas modalidades presencial, a distância e híbrida. As ações presenciais são realizadas na sede do IBAM ou de suas representações em São Paulo e Santa Catarina ou ainda de forma descentralizada (sob demanda) de Municípios, consórcios e demandas territoriais.



Os dados da execução de 2017 são os indicados a seguir:

Cursos Presenciais	Inscritos	Matriculas	Concluintes
Avaliação e Gestão de Desempenho	4	3	3
Gestão do Sistema de Iluminação Pública	10	4	4
Elaboração do Orçamento Municipal	11	7	7
SICONV: atualizado com a nova PI 424/16	19	7	7
Solução de Conflitos na Administração Pública	12	4	4
A Controladoria na Administração Pública	12	6	6
E-Social	23	23	23
Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC	30	30	30
Elaboração de Edital e Termo de Referência	40	40	40
Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC	37	37	37
Total	198	161	161

Os **cursos a distância**, oferecidos nos formatos de *autoinstrução* ou *com apoio de tutoria especializada*, são realizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem do IBAM (AVA-IBAM). Em 2017 a ENSUR ampliou a oferta de cursos, cobrando-se valor simbólico que é utilizado para cobrir o custo de manutenção da plataforma e produção dos materiais. Os cursos realizados pelo Programa Anual da ENSUR na modalidade a distância são listados a seguir.

Cursos	Inscritos	Bolsistas	Matriculas	Concluintes
Gestão de Pessoas	68	1	6	7
Gestão do Sistema de Iluminação Pública	87	0	33	33
Gestão Tributária Municipal	98	0	31	31
Logística Reversa	201	0	201	201
Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil	33	1	32	33
Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	35	0	35	35
Municípios e a Gestão do Consumo da Energia Elétrica	133	0	133	133
Planos de Resíduos Sólidos	57	0	10	10
Políticas Públicas e Governo Local	21	0	7	7
Processo e Técnica Legislativa	58	0	32	31
Total	791	2	520	521

Como em outros anos, o diferencial das ações educacionais realizadas pela ENSUR caracteriza-se pelo debate de temas de interesse do Executivo e do Legislativo e pela metodologia que conjuga teoria e prática, o que dá aplicabilidade e oportunidade de uso dos conhecimentos e habilidades desenvolvidos na realidade do trabalho.

ENSUR deu continuidade e desenvolveu os seguintes projetos e parcerias:

Projeto para Desenvolvimento de Cursos para a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

No âmbito do contrato firmado com entre o IBAM e a ENAP, a equipe da ENSUR coordenou a produção de dois cursos a distância: Gestão Tributária Municipal e Políticas Públicas e Governo Local.

Os cursos, com carga horária de 30 horas, foram oferecidos no portfólio de cursos da ENAP. O projeto compreendeu a realização das seguintes etapas:

- Elaboração do Roteiro de Atividades de Estudo (RAE)
- Desenvolvimento do conteúdo
- Desenho instrucional
- Produção do conteúdo no formato livro no ambiente de ensino da ENAP
- Produção de apostila

Parceria com a UNIASSELVI

A parceria com a UNIASSELVI para a realização de cursos de pós-graduação a distância foi ampliada com o lançamento de dois novos cursos. A parceria tem como meta o desenvolvimento de cursos de pós-graduação destinados a profissionais (gestores e técnicos) de todo o território nacional que atuem ou tenham interesse em atuar ou conhecer mais profundamente aspectos relacionados à formulação e gestão de políticas públicas. A distribuição dos alunos por curso e modalidade é indicada no quadro a seguir:

Curso	Participantes
MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais	77
Especialização em Políticas e Gestão de Serviço Social	450
MBA em Finanças Públicas e Política Fiscal (novo)	44
MBA em Gestão Pública (novo)	160
Total	731

Visita técnica de delegação de Moçambique

O IBAM recebeu a visita de equipe composta por coordenador e professores do Instituto Médio de Planeamento Físico e Ambiente - IMPFA, instituição vinculada ao Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental da República de Moçambique.

O IMPFA é um centro de formação técnico profissional, semelhante aos Institutos Federais de Educação - IFES brasileiros. Atualmente realiza o curso de Planeamento Físico, mas, com a expectativa de lançar no primeiro semestre de 2018 o curso de Gestão de Resíduos Sólidos, busca parcerias e apoio para sua realização.



A agenda da visita técnica compreendeu apresentação e debates sobre a experiência do IBAM nas áreas de educação e resíduos sólidos e culminou com a assinatura de um Memorando de Entendimento com indicação das principais linhas de trabalho conjunto entre as Instituições.

Assessoria Técnica

Governança e Instrumentos de Gestão

Revisão e Atualização de Lei Orgânica e de Regimento Interno de Câmaras Municipais

A área de Organização e Gestão do IBAM assessorou as Câmaras Municipais de Conceição dos Ouros e Maria da Fé, ambas no Estado de Minas Gerais, na revisão e atualização da Lei Orgânica Municipal e do seu Regimento Interno. O projeto teve como objetivo identificar as necessidades de atualização e ajustes à legislação e propor novos textos contendo os dispositivos apropriados a esses instrumentos legislativos. Foi dada especial atenção, além da incorporação dos comandos de ordem jurídica, os novos processos de trabalho, de acordo com a realidade local, modernizando todo o processo das Casas Legislativas.

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

No Estado de Santa Catarina, as Prefeituras Municipais de Herval d'Oeste, Joaçaba e Luzerna contaram com a assessoria para atualizar a legislação municipal relativa aos direitos, deveres e responsabilidades dos seus servidores, adequando-a aos preceitos da Constituição Federal, à jurisprudência dos Tribunais e à doutrina dominante resultando na proposição de novos textos de Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Reestruturação Administrativa

Foram iniciados os projetos de assessoria para a Reestruturação Administrativa das Prefeituras Municipais de Botelhos/MG, Cândido de Abreu/PR, Herval d'Oeste/SC e Itanhandu/MG.

Os trabalhos, com foco na reestruturação organizacional, visaram adequar as administrações municipais ao desempenho de suas finalidades, diante das demandas da população e dos objetivos e programas de ação governamental, estabelecendo mecanismos de aproximação entre o Governo e a comunidade, tendo em vista a melhor gestão dos recursos e serviços públicos.

Além da revisão do desenho organizacional, o Projeto de Reestruturação Administrativa descreveu as atribuições e responsabilidades dos ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento e os quantificou, definindo seus símbolos e valores.



Foto: site da Prefeitura Municipal de Botelhos/MG

Assessoria técnica para reestruturação de empresa municipal

A Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes (PE) contratou o IBAM, em dezembro de 2017, para prestar assessoria técnica nas atividades relativas à reestruturação da Empresa Municipal de Energia e Iluminação Pública - EMLUME e a melhoria da gestão do Sistema de Iluminação Pública do Município.



Município de Jaboatão dos Guararapes (Foto: Randolph Britto)

O desenvolvimento dos trabalhos, previsto para o período de seis meses, consiste em apoiar tecnicamente a Equipe da Comissão Especial de Reestruturação da EMLUME, abrangendo os estudos e a elaboração de produtos em seis Etapas de Trabalho:

- (i) confecção do Estudo de Viabilidade da Reestruturação da EMLUME;
- (ii) reestruturação jurídica e técnica da EMLUME;
- (iii) revisão da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP);
- (iv) apoio na elaboração do Plano Diretor de Iluminação Pública (PDIP);
- (v) especificação técnica das ferramentas de gestão;
- (vi) estudo de viabilidade técnica e econômica e geração de energias renováveis.

A prestação do serviço de iluminação pública, entre outras, é uma das principais responsabilidades da Administração Municipal. A gestão eficiente desse sistema evita o desperdício de energia elétrica e possibilita a economia de recursos significativos, além de permitir o deslocamento da população em segurança, garantindo o pleno exercício do direito à cidade.

Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho

Foram elaborados Projetos de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e a Estruturação dos Sistemas de Avaliação de Desempenho para as Prefeituras Municipais de Cândido de Abreu/PR e Guaxupé/MG e para o Serviço de Água e Esgoto de Barra Mansa/RJ, bem como a atualização do Plano de Cargos e Carreiras anteriormente elaborado pelo Instituto para este último.

A revisão e efetiva implantação do Plano e do Sistema possibilita à administração municipal recursos para valorizar e melhor aproveitar o potencial dos seus servidores, com vistas a alcançar, mais rapidamente, os resultados organizacionais pretendidos. Além disso, define os perfis e os requisitos para provimento dos cargos através de concurso público e avaliação de desempenho.

Também foi iniciada a elaboração de Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos nas Prefeituras mineiras de Botelhos e Itanhandu. Neste último Município, também foi iniciado o processo para a Câmara Legislativa. O mesmo se deu nas Prefeituras de Herval d' Oeste, Joaçaba e Luzerna, em Santa Catarina, e Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo.

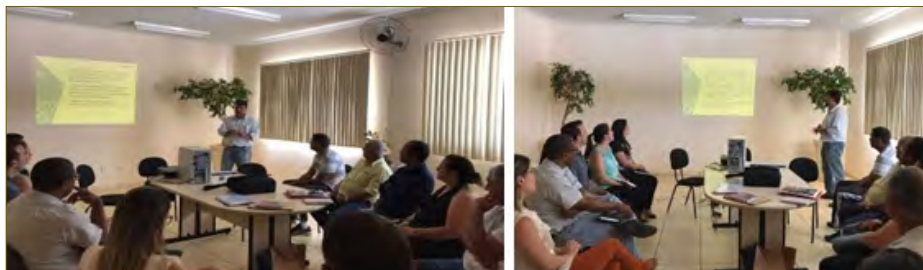
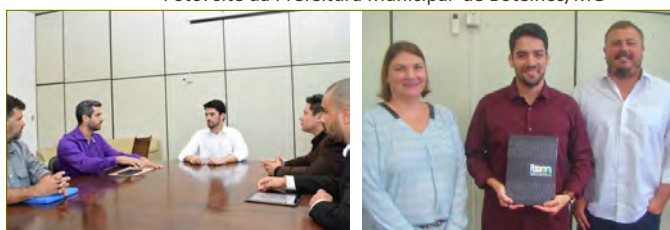


Foto: site da Prefeitura Municipal de Botelhos/MG



Fotos: site da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES

Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração, Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal

A valorização e o melhor aproveitamento do potencial dos servidores do Magistério Público Municipal são os resultados mais evidentes da revisão e implementação desse Estatuto, segundo os princípios básicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As Prefeituras Municipais de Botelhos/MG, Itanhandu/MG, Herval d'Oeste/SC, Joaçaba/SC, Luzerna/SC e Cândido de Abreu/PR tiveram a assessoria técnica do Instituto na revisão do seu Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração, Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal.



Cálculo de Impacto Financeiro dos novos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos

A Companhia de Saneamento Ambiental SAAE, de Atibaia/SP, contou com o assessoramento do IBAM na elaboração do Projeto de Cálculo do Impacto Financeiro do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Este cálculo teve por objetivo analisar as informações das atuais folhas de pagamento na perspectiva da implantação das novas políticas de gestão de pessoas traçadas para os servidores pelo novo PCCV entre elas, as novas tabelas de vencimentos, promoções e progressões. O Projeto também tratou do detalhamento e registro dos critérios de análise utilizados para obtenção dos resultados do estudo de forma que o SAAE pudesse se apropriar da metodologia utilizada e aplicá-la no futuro para realizar os cálculos em novos cenários.

Revisão do Código Tributário Municipal

Foi realizada nas Prefeituras Municipais de Camanducaia, em Minas Gerais, e de Vilhena, em Rondonia, a revisão dos respectivos Códigos Tributários. O objetivo foi o de avaliar a legislação tributária atual, nos seus aspectos legais, impositivos e financeiros, bem como oferecer alternativas de reformulação do Sistema Tributário Municipal com argumentos e justificativas embasados na realidade socioeconômica local.

Além da atualização da legislação, o assessoramento técnico teve como objetivo auxiliar os gestores municipais na formulação e implementação de nova política tributária que mais se coadunasse com os programas e metas governamentais.

Concurso Público

O assessoramento na realização de concursos públicos e processos seletivos, que inclui a realização de todas as etapas do certame, desde a elaboração dos instrumentos normativos até a homologação dos resultados finais, é o resultado dos muitos anos de experiência do Instituto, onde a estreita articulação com a equipe da instituição contratante nas definições e decisões necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos é fator decisivo de sucesso.

Captar e desenvolver o capital humano na Administração Pública é assunto que requer estratégia e investimento que vai muito além do mero cumprimento dos dispositivos legais que regem a matéria.

Os concursos realizados tiveram como motivação principal entre os gestores, além da recomposição dos seus quadros, muitas vezes esvaziados pelos processos de aposentadoria, a preocupação com o preenchimento de posições especializadas decorrentes de novos serviços públicos implementados. Dessa forma os certames realizados tiveram como responsabilidade a captação de profissionais que fossem capazes de aplicar seus conhecimentos técnicos, assim como fossem competentes na prestação de serviços junto à população.

Esse é um movimento importante na gestão de pessoas, pois o concurso assume características diferentes na medida em que a motivação para a sua realização passa da preocupação com a simples reposição dos quadros para a reposição qualificada. Com isso torna-se requisito básico para a melhoria e crescente profissionalização do corpo de servidores públicos.

Para a efetiva aferição dos conhecimentos necessários ao exercício das responsabilidades dos cargos e empregos, objeto dos concursos públicos e processos seletivos realizados e como parte da metodologia e processo de trabalho institucional, as provas foram elaboradas pelas bancas examinadoras do IBAM tendo como base a definição do perfil do cargo, os requisitos para admissão e os conteúdos e campos de conhecimentos requeridos para o seu desempenho. Além disso, as questões elaboradas tiveram sempre o cunho situacional onde o candidato aplicou o conhecimento adquirido em questões do dia a dia do trabalho realçando a aplicação do conhecimento técnico sobre o conhecimento memorizado.

Em 2017 foram realizados 39 concursos públicos e processos seletivos, abaixo identificados:

Cliente	Cargos/ Empregos	Número de Inscritos
Prefeitura Municipal de Pirai/RJ	06	2.741
Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu/PR	37	1.369
Prefeitura Municipal de Pinheiral/RJ	11	3.844
Prefeitura Municipal de Barra do Pirai/RJ	02	1.049
Prefeitura Municipal de Colombo/PR	01	2.886
Prefeitura Municipal de Lages/SC	107	2.593
Prefeitura Municipal de Caçador/SC	38	1.319
Secretaria Municipal de Educação de Caçador/SC	59	681
Câmara Municipal de Caçador/SC	03	731
Prefeitura Municipal de Guabiruba/SC	24	730
Prefeitura Municipal de Ascurra/SC	12	170
Prefeitura Municipal de Leblon Régis/SC	45	267
Prefeitura Municipal de Itapema/SC	69	2.376
Secretaria Municipal de Educação de Lages/SC	37	2.420
Prefeitura Municipal de Indaial/SC	79	7.975
Fundação Indaialense de Cultura/SC	05	57
Instituto de Previdência de Indaial – INDAPREV-SC	03	147
Secretaria Municipal de Educação de Indaial/SC	31	824
Câmara Municipal de Piçarras/SC	09	922
Prefeitura Municipal de Guabiruba/SC	09	188
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo/SC	6	1.510

Cliente	Cargos/ Empregos	Número de Inscritos
Fundação Hospitalar Municipal Correia Pinto/SC	11	140
Secretaria Mun. de Educação de Correia Pinto/SC	29	233
Prefeitura do Município de Correia Pinto/SC	53	740
Prefeitura do Município de Otacílio Costa/SC	24	404
Secretaria Mun. de Educação de Otacílio Costa/SC	34	518
Prefeitura do Município de Imbituba/SC	55	1.638
Prefeitura Municipal de Capivari/SP	44	5.232
Prefeitura Municipal de Praia Grande/SP	40	18.423
Prefeitura Municipal de Porto Ferreira/SP	20	2.958
Instituto de Previdência de Taquaritinga/SP	03	566
Prefeitura Municipal de Bragança Paulista/SP	24	86
Prefeitura Municipal de Catanduva/SP	14	2.940
Instituto de Previdência de Praia Grande/SP	03	1.106
Prefeitura Municipal de Cravinhos/SP	51	7.999
Prefeitura Municipal de Jundiaí/SP	01	2.360
Prefeitura Municipal de Santos/SP	02	9.575
Prefeitura Municipal de Franca/SP	30	1.117
Prefeitura Municipal de Jales/SP	40	5.006
Prefeitura Municipal de Matão/SP	04	984
Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP	09	8.271
Prefeitura Municipal de Jundiaí/SP	03	13.078
Prefeitura Municipal de Ubatuba/SP	09	1.396
Câmara Municipal de Iracemápolis/SP	02	165
Fundação Criança de São Bernardo do Campo/SP	22	10.083
Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista/SP	24	1.417

Serviços e soluções para a gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e

A cobrança por serviços de qualidade e transparência na aplicação dos recursos são determinantes para que a administração pública busque novos modelos para modernizar a sua gestão a fim de atender às diversas necessidades dos cidadãos.

Uma das prioridades dos gestores municipais tem sido o fortalecimento da capacidade institucional do governo por meio da melhoria da arrecadação tributária.

Neste cenário, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN tem recebido atenção especial em todos os seus níveis de processamento, desde a manutenção do cadastro dos contribuintes completo, correto e atualizado, até eficazes ações de fiscalização visando à redução da evasão fiscal e da inadimplência em relação a este imposto.

Atualmente o ISSQN é importante fonte de receita própria para os Municípios que investiram adequadamente em tecnologias, minimizando a dependência em relação aos repasses federais e estaduais.

O IBAM dispõe de Metodologia de Gestão do ISSQN que contempla:

- revisão e aperfeiçoamento dos processos;
- adequação da legislação tributária municipal;
- capacitação profissional;
- proposição de ações fiscais inteligentes;
- assessoramento jurídico-tributário.

As ferramentas eletrônicas que suportam a metodologia são:

- Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e;
- Gestão do Imposto dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Registro Auxiliar da Nota Fiscal de Serviços – RANFS®;
- Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras – DES-IF;
- NFS-e mobile;
- Módulo de Gestão dos Arquivos SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;
- Módulo de Fiscalização.

Atualmente implantado em mais de 80 Municípios, entre capitais, pequenos, médios e grandes, a metodologia de gestão do ISSQN proporciona transparência na relação com o contribuinte e busca alcançar a redução dos custos de gestão, o uso de ferramentas tecnológicas, a gestão da informação com inteligência fiscal, e a devida otimização da arrecadação do ISSQN.

Em que pese a conjuntura econômica e a situação fiscal dos Municípios brasileiros, ao final de 2017, mais de 390 mil contribuintes encontravam-se cadastrados no Sistema de Gestão do ISSQN.

Meio Ambiente

Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - PQGA

O PQGA, executado nos 530 Municípios do Bioma Amazônia, financiado pelo Fundo Amazônia/BNDES, contempla seis linhas de ação que têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável da região com base na qualificação de gestores públicos, servidores municipais e atores da sociedade civil.

São desenvolvidas ações estratégicas de capacitação em governança ambiental, assistência técnico-jurídica aos governos locais e disseminação de informações em rede e estímulo à inovação e articulação entre as três esferas de governo e a sociedade civil no campo das políticas públicas ambientais.

Em 2017, o Programa cumpriu seu objetivo, alcançando 509 municípios distribuídos nos nove estados do Bioma, atingindo todas as metas estabelecidas.

Conheça as atividades realizadas no ano:

Capacitação em Gestão Ambiental

No segundo semestre de 2016, o PQGA/IBAM desenvolveu inovações para ampliar o acesso dos participantes ao Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA que dá suporte ao seu Programa de Capacitação visando alcançar e apoiar a transição administrativa nos Municípios e as novas equipes locais ao longo do ano de 2017.

Assim, após pesquisa e testes o AVA foi atualizado para ser acessível por meio do aplicativo *Moodle Mobile*, gratuito e disponível para *download*. Essa medida facilitou sobremaneira o acesso dos participantes à plataforma do PQGA/IBAM, fóruns e materiais didáticos em qualquer lugar, a qualquer momento. As postagens nos fóruns passaram a ser armazenadas *off-line* e enviadas automaticamente quando o dispositivo móvel encontrar conexão com a internet (*WiFi*).



O curso O Vereador e a Câmara Municipal foi o primeiro a ser oferecido na nova plataforma *mobile* como mais um instrumento de aproximação dos Vereadores(as) eleitos com o PQGA. Na sequência, os demais 16 cursos foram também oferecidos nessa modalidade de acesso por *smartphones*.

Em 2017 foram realizadas **66 turmas** que permitiram atingir **2909 certificações**:

Cursos	Nº turmas concluídas	Pessoas certificadas
Bioma Amazônia e Desmatamento (BAD)	3	136
Cadastro Ambiental Rural (CAR)	7	293
Controle do Desmatamento no Município (CDM)	4	194
Capacidades Municipais para Gestão Ambiental (CMGA)	4	183
Execução do Controle Orçamentário-Financeiro (ECOF)	3	147
Gestão Ambiental Municipal (GAM)	7	305
Manejo para Conservação Florestal (MCF)	3	136
Introdução à Geotecnologias (GEO)	4	169
Instrumentos para Gestão Ambiental (IGA)	3	152
Licenciamento Ambiental Municipal (LAM)	6	296
Gestão Financeira Municipal (GFM)	2	90
Organização do Governo Municipal (OGM)	2	93
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS)	5	231
Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	3	118
Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV)	3	102
Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)	3	139
O Vereador e a Câmara Municipal (VCM)	4	125
17	66	2909

Com relação às **Comunidades de Aprendizagem**, 2017 foi marcado pela intensificação das atividades das Comunidades Federativas (CFs) e Comunidades Temáticas (CTs).

A equipe atuou na gestão dos grupos de *whatsapp* (próprios das CFs) e *telegram* (suporte das CTs), visando o acompanhamento dos conteúdos utilizados pela mediação (no caso das temáticas), encaminhamento de demandas aos demais Componentes do PQGA e atuação na articulação, mobilização e orientação dos integrantes sobre os demais serviços do Programa.

Alcance do componente Capacitação no Bioma Amazônia

O componente Capacitação do PQGA manteve, em seus cursos na área de Gestão Ambiental, crescente ampliação de seus resultados em 2017, ano de encerramento do Programa, com distribuição expressiva de participantes pelos Municípios que integram os nove estados do Bioma Amazônia. Foram atingidos cerca de 42% de todos os Municípios do bioma apenas nos 3 ciclos de 2017, demonstrando o alcance e impacto do Programa.

Os cursos oferecidos pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem/Moodle e aplicativo *Moodle mobile* apresentaram aspectos da Gestão Ambiental Municipal e abrangeram questões regionais que impactam o desmatamento, temas locais relacionados à autonomia dos órgãos municipais de meio ambiente, instrumentos de gestão socioambiental e emergentes como Cadastro Ambiental Rural, Licenciamento Ambiental, entre outros.

Curso de Siconv em parceria com a AMM

O IBAM, em parceria com a Associação Matogrossense dos Municípios - AMM e a Caixa Econômica Federal, realizou, no âmbito do PQGA, o Workshop de Capacitação dos Gerentes Municipais de Convênios GMC e SICONV que contou com a presença de cerca de 150 participantes. As palestras foram ministradas por especialistas do IBAM e da Caixa Econômica.



Esteve sob a responsabilidade do IBAM a realização do curso sobre o Sistema de Convênio do Governo Federal - SICONV, houve 130 inscrições e 90 pessoas certificadas.

Encontros com o Poder Legislativo Municipal

Em 10 de janeiro de 2017, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará TCM/PA, por meio de sua Escola de Contas Públicas, e o IBAM na perspectiva de desenvolver programas, projetos, atividades e ações de capacitação, para o aprimoramento da orientação e controle da gestão de recursos públicos no Estado.

O Termo de Cooperação Técnica potencializou o conjunto de novas oportunidades para o PQGA no Estado do Pará, fortalecendo vínculos com os Municípios por região a partir da capilaridade da ação do TCM/PA, o que permitiu melhor apoiar o processo de transição administrativa no âmbito dos órgãos municipais de meio ambiente e, em especial, no Legislativo Municipal em razão da forte renovação ocorrida nas Câmaras Municipais.



Compareceu ao evento significativo número de Vereadores e secretários locais que se assenhoraram das atividades do PQGA que poderiam ser realizadas em benefício da região.

Os encontros com os poderes legislativos foram oferecidos em 13 Municípios considerados polos no Estado do Pará, a saber: Paragominas, Salinópolis, Salvaterra, Castanhal, Conceição do Araguaia, Santarém, Altamira, Marabá, Tucuruí, Breves, Abaetetuba, Itaituba e Belém.

A abrangência deste programa de capacitação foi bastante significativa uma vez que em cada Município-polo esteve presente, em média, um público de 150 participantes que se distribuía pelos Municípios da região.

A partir de debates com representantes do Legislativo Municipal foi possível mapear o posicionamento dos Vereadores (as) em relação aos problemas e demandas ambientais, contribuindo para adequar as ações do Programa às necessidades desse público, assim como para o seu processo de formação continuada.

Congresso Nacional de Vereadores em Cuiabá

O IBAM participou do XIV Congresso Nacional de Vereadores e Assessores de Câmaras Municipais em Cuiabá-MT. Realizado pela União dos Vereadores do Brasil (UVB) e pelo Instituto Mato-grossense de Apoio a Administração Pública (IMAAP), o evento contou com a parceria do IBAM, da Assembleia Legislativa do Mato Grosso (ALMT), do Tribunal de Contas do Mato Grosso, da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMN), e da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (UCMMAT).



Foram tratados temas como Processo Legislativo, Competências do Legislativo e Atribuições dos Vereadores, Condutas Vedadas ao Agente Público, Corrupção e Crime contra à Administração Pública.



O IBAM esteve presente no evento através do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental (PQGA), em dois momentos significativos: primeiro, em um *stand* institucional que se transformou em espaço de troca de informações com os participantes que puderam conhecer o Programa e tirar dúvidas com relação à oferta de serviços gratuita que o mesmo oferece. Também naquele espaço, foi oferecida orientação jurídica gratuita para Vereadores e assessores que puderam esclarecer seus questionamentos no próprio local com os nossos especialistas.

O segundo momento ocorreu com a palestra do assessor da superintendência do IBAM, Prof. Marcos Flavio R. Gonçalves, que teve por objetivo auxiliar os Vereadores e Assessores no novo mandato e ressaltou o papel fundamental da vereança nos Municípios, destacando seus direitos e deveres. Dando continuidade foi apresentada a plataforma de serviços disponibilizada pelo Programa e convocou Vereadores e suas Assessorias a utilizá-la.

IV Encontro de Vereadores e Vereadoras do Acre

O IV Encontro de Vereadores e Vereadoras do Acre aconteceu em Rio Branco e foi realizado pela Associação das Câmaras do Acre - ACEACRE com o apoio do IBAM e da Assembleia Legislativa. O Encontro teve como intuito preparar os novos ocupantes das cadeiras das Câmaras Municipais para o mandato e fazer a eleição da nova diretoria da ACEACRE.



O IBAM esteve presente no evento no âmbito do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - PQGA, com objetivo de auxiliar Vereadores e Assessores a conhecer suas responsabilidades com a agenda ambiental municipal em razão dos novos mandatos. Estiveram presentes 200 pessoas, sendo 103 delas Vereadores e Vereadoras.

Encontro de Vereadores pelo Desenvolvimento Sustentável

Foi realizado em Macapá, no Centro de Convenções João Batista Picanço, o Encontro de Vereadores pelo Desenvolvimento Sustentável do Amapá. O evento foi uma parceria entre a União de Vereadores do Amapá UVEAP e o IBAM, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Macapá.

A presidente da UVEAP abriu o evento ressaltando a importância dos Vereadores para o desenvolvimento do estado e agradeceu e destacou que as Câmaras dos 16 Municípios do Amapá se fizeram presente.



Encontro de Vereadores em Rondônia

Em parceria do IBAM com a União de Câmaras de Vereadores de Rondônia UCAVER foi realizado o Encontro de Vereadores pelo Desenvolvimento Sustentável, em Rolim de Moura. O Encontro contou com a presença de 105 Vereadores e Vereadoras, representantes de 50% das Câmaras Municipais do estado.

O IBAM apresentou dois temas relevantes para o exercício do mandato dos Vereadores: “A modernização das leis orgânicas”, e os “Vereadores e a Câmara Municipal”, aprimorando as informações sobre o seu funcionamento.



Encontro com Vereadores e Vereadoras em São Luís

Cidades com Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental foi o tema central do Encontro com Vereadores e Vereadoras realizado na cidade de São Luís, que contou com a participação de mais de 1.100 Vereadores, representando 194 Municípios maranhenses.

O Encontro foi uma ação do Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos (SECAP).



O IBAM integrou a comissão organizadora do encontro e, no marco da parceria com o PQGA, além da participação dos palestrantes, manteve *stand* com diversos materiais técnicos de interesse sobre gestão ambiental e informações sobre a oferta de capacitação, além da presença de profissionais que atenderam os Vereadores e Vereadoras sobre as ações que dentro do Programa estão sendo desenvolvidas nos Municípios maranhenses.

A solenidade de abertura contou com a presença de Secretários de Estado, representantes das Câmaras Municipais, do Tribunal de Contas, do IBAM e da Federação dos Municípios, além de deputados da bancada federal maranhense. Todos destacaram a importância e oportunidade do Encontro para estreitar laços entre os legisladores municipais e o Governo Estadual e promover o necessário diálogo sobre as políticas e iniciativas em andamento.

Foi realizada uma Mesa Técnica, formada pelo IBAM e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, onde foi apresentado completo panorama das políticas ambientais e das prioridades em execução, além de divulgar o novo aplicativo “**SOS Maranhão**” para receber denúncias da sociedade civil de agressões e ameaças ao meio ambiente.



O IBAM, apresentou os desafios da gestão ambiental e o papel das Câmaras em apoio ao fortalecimento das ações de conservação e recuperação ambiental nos Municípios. Nesse intuito, foram apresentados objetivos do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental e um balanço das atividades executadas nos Municípios maranhenses, que vêm garantindo assessoria jurídica e capacitação de forma gratuita.

O Governador Flávio Dino encerrou o evento com palestra magna sobre desenvolvimento econômico e social dos Municípios, e o atual modelo de ação política do governo, focalizando programas e investimentos que estão sendo realizados na medida em que são informações úteis para o desempenho do mandato municipal.



Além do material de divulgação dos componentes e seus produtos à disposição dos Vereadores, durante a realização dos Encontros foi distribuída a publicação **Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município (LOM)**, especialmente elaborada pelo PQGA/IBAM com o propósito de qualificar técnica e institucionalmente o exercício da vereança no início de mandato. Compatível aos propósitos do PQGA, a publicação dedica um capítulo exclusivo à política municipal de meio ambiente, bem como trata de forma integrada às demais políticas o princípio da sustentabilidade, dentre outros importantes para a modernização da gestão e o desenvolvimento local.

Outras Atividades realizadas nos Estados

Maranhão

Interiorização do PQGA percorre 23 Municípios

A equipe do PQGA esteve nas regiões do Alto Turi, Baixada e Rosário, percorrendo 23 Municípios, para fornecer assessoria jurídica e mobilizá-los para a plataforma de serviços do Programa, como a capacitação em gestão ambiental e descentralização.



Neste processo de interiorização, manteve encontros com Secretários(as) Municipais de Meio Ambiente, apresentando e atualizando os Municípios sobre o Programa e suas linhas de ação. Essa iniciativa incentivou a adesão e o recadastramento da maioria dos Municípios visitados.

Interiorizações, como esta, aproximam o PQGA/IBAM de seu público-alvo, fornecendo apoio ao trabalho com grande potencial de intervenção e tomada de decisões na construção e gestão da política ambiental do Município.



Os Municípios visitados foram: Penalva, Viana, São João Batista, São Vivente Ferrer, Olinda Nova do Maranhão, Axixá, Icatu, Humberto de Campos, Presidente Juscelino, Cachoeira Grande, Paço do Lumiar, Pinheiro, Santa Helena, Turilândia, Peri Mirim, Palmeirândia, São Bento, Cajari, Santa Inês, Pindaré Mirim, Bela Vista do Maranhão, Monção e Igarapé do Meio.

Ciclo de Oficinas de Qualificação Técnica do Licenciamento Ambiental Municipal

A proposta para o Ciclo de Oficinas de Qualificação Técnica do Licenciamento Ambiental Municipal é fazer com que a regularização das atividades de impacto local por meio do licenciamento ambiental, conforme disposto na LC nº. 140/2011, seja instrumento para estruturar o órgão municipal de meio ambiente.

Com esse objetivo, cada Município participante do Ciclo de Oficinas elabora seu próprio planejamento das ações do órgão municipal para controlar os impactos das atividades econômicas com impacto relevante sobre o meio ambiente.

O Ciclo no Maranhão, com a duração de cinco meses, foi composto por três oficinas presenciais e pelo curso de Licenciamento Ambiental Municipal, da plataforma do PQGA na modalidade EaD. As duas primeiras Oficinas foram realizadas nos Municípios de Arari e Axixá; a terceira e última foi realizada na cidade de Bacabal.

O Ciclo contou com a participação de 53 secretários e técnicos da área ambiental de 24 Municípios do Estado. São eles: Arari, Humberto de Campos, Centro Novo, Pindaré Mirim, Alcântara, Governador Nunes Freire, Presidente Medici, Bequimão, Bacabal, Vitória do Mearim, Santa Helena, Bacabeira, Axixá, Miranda do Norte, Esperantinópolis, Santa Luzia, Cajari, Santa Inês, Pedreiras, Santo Antônio dos Lopes, Conceição do Lago Açu, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino e São Luís, além da presença de representante do Consórcio ConLeste Maranhense - Consórcio Público Intermunicipal das Mesorregiões Norte e Leste Maranhense

A terceira oficina, conduzida pela equipe de descentralização do PQGA, teve por objetivo a construção do Plano de Adequação do Licenciamento Ambiental para cada Município presente, tanto para a estruturação do setor de meio ambiente quanto para a regularização das atividades já instaladas nos Municípios, finalizando o Ciclo dos trabalhos desenvolvidos.



Amapá



Como desdobramento dos levantamentos realizados no 2º semestre de 2016 nos 16 Municípios amapaenses, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP), o PQGA no ano de 2017 cumpriu extensa programação de atividades para fortalecer a governança ambiental estadual e municipal, mobilizar os novos gestores e apoiá-los tecnicamente para o seu protagonismo nas políticas e ações ambientais do Estado.

Seguem as principais atividades:

Encontro Amapaense de Gestores Estaduais e Municipais de Meio Ambiente

Realizado em Macapá, contou com público formado prioritariamente por Prefeitos e representantes de órgãos estaduais de meio ambiente, Secretários Municipais de Meio Ambiente e suas equipes, totalizando cerca de 70 participantes. Atendeu a finalidade de cumprir a devolutiva das informações colhidas com o levantamento para elaboração dos Diagnósticos da Gestão Ambiental dos Municípios e apresentar aos novos gestores municipais a situação institucional dos órgãos ambientais.

Em conjunto com a SEMA-AP, ao final do Encontro foi tomada a decisão pela realização de quatro oficinas regionais, descritas a seguir, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local sustentável sob a ótica da gestão ambiental, propondo diretrizes e metas orientadoras para respectivos planos de desenvolvimento sustentável.



Oficinas de Planejamento da Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

As quatro oficinas realizadas tiveram adesão entusiasmada pela aproximação com a SEMA-AP, a presença e apoio do IBAM e a possibilidade de troca entre os gestores. Cada uma contou com a média de 20 participantes, dentre gestores, servidores e colaboradores.



Foi realizado, ainda, encontro na cidade de Macapá para a validação das Diretrizes para a Gestão Ambiental Municipal e o Desenvolvimento Sustentável, mais uma atividade decorrente da atuação do Programa junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá SEMA/AP.

Conheça a série **Gestão Ambiental Municipal e o Desenvolvimento Sustentável** do Amapá no endereço a seguir

<http://www.amazonia-ibam.org.br/11-noticias/796-conheca-a-serie-gestao-ambiental-municipal-e-o-desenvolvimento-sustentavel-do-amapa>



Estruturação da Gestão Ambiental

Foi realizado no Município de Santana, a Capacitação para Estruturação da Gestão Ambiental Municipal: Fluxos e Procedimentos em apoio ao Processo de Licenciamento. O objetivo foi fornecer instrumentos para o planejamento e organização do órgão ambiental que está em processo de estruturação dos setores de licenciamento e fiscalização ambiental.

Conduzido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, o primeiro dia do evento foi aberto para todas as Secretarias da Prefeitura com a finalidade de comunicar as ações de inovação para a execução da gestão ambiental de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação de Santana, a partir do licenciamento ambiental. Participaram 56 servidores.



Roraima

Capacitação em Licenciamento e Regularização Ambiental

O IBAM realizou a Capacitação em Licenciamento e Regularização Ambiental para os servidores da Prefeitura de Boa Vista em parceria com a Secretaria de Serviços Públicos e Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CONSEMMA).



A Capacitação teve como objetivos: i) apresentar e debater a legislação pertinente e os procedimentos de licenciamento ambiental aos servidores municipais com interveniência no tema; e ii) contribuir para o fortalecimento da gestão ambiental municipal, apoiando o desenvolvimento de novas capacidades que incentivem práticas e atitudes que aprimorem formas de atuação e promovam uma visão integrada dos processos relacionados ao licenciamento.

O enfoque dado aos temas tratados foi fundamental para criar melhores condições para apoiar o fornecimento e a construção de referenciais para os Municípios, uma vez que o licenciamento é um instrumento de estruturação da secretaria e de organização de seu território para trazer qualidade ambiental para o Município.



Pará

Programa Municípios Verdes e novos(as) Secretários(as) Municipais de Meio Ambiente

A 23ª Edição do Comitê Gestor - COGES do Programa Municípios Verdes - PMV em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas, reuniu cerca de 200 pessoas no Município de Paragominas, que sediou pela primeira vez o encontro.



O COGES é palco de decisões importantes da agenda ambiental no Estado do Pará, funcionando como espaço de diálogo, debate e apresentação de trabalhos e soluções para melhoria da gestão ambiental local, além de reforçar a necessidade de cumprimento das metas do PMV para se certificar e ganhar o título de Município Verde.

Além do IBAM, estiveram presentes autoridades do Governo Estadual, do Ministério Público Federal e representantes de outras instituições federais e de ONG's parceiras.

Ao final do primeiro dia de atividades do COGES, foi realizada a reunião do Fórum Permanente dos Secretários Municipais de Meio Ambiente do Estado do Pará - FOPESMMA, presidido atualmente pela Secretária de Meio Ambiente de Muaná. O Fórum contou com a presença massiva dos novos gestores municipais de meio ambiente.

As eleições de 2016 provocaram mudanças importantes nos órgãos ambientais municipais paraenses e a realização do Fórum permitiu aos novos ocupantes dos cargos nas Secretarias conhecerem não só os antecedentes do Fórum, seus objetivos e o estatuto em vigor, como um balanço das realizações. Como produto do evento foram definidas prioridades a serem tratadas nos meses subsequentes, dentre outras, a atualização do estatuto, eleição da nova diretoria e propostas sobre ICMS Verde.



Seminário sobre Aplicação do Código de Mineração no Xingu

O PQGA manteve relação continuada de parceria com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu - CIDS-Xingu, em especial no tocante ao planejamento e levantamento de referenciais técnicos para o licenciamento. Como desdobramento desse trabalho foi realizada atividade visando qualificar os Municípios para avaliação e mitigação de impactos de grandes empreendimentos.



Dentro da parceria, foi planejado e executado o Seminário sobre Aplicação do Código de Mineração no Município de Senador José Porfírio. O evento foi realizado com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMMAT para atender à demanda por apoio técnico específico na área de mineração, uma vez que o território municipal será afetado pelo Projeto Volta Grande da empresa *Belo Sun Mining Corp.*

O Seminário teve como objetivo o fortalecimento das ações do Município frente ao empreendimento, visando garantir o monitoramento do cumprimento das condicionantes da licença ambiental emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, bem como traçar estratégias para a utilização dos recursos oriundos da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) para promover ações que visem a retirada do município da lista de embargo do MMA.



Assembleia do Fórum Permanente de Secretários Municipais de Meio Ambiente do Estado do Pará - FOPESMMA

A criação do FOPESMMA, com o apoio do PQGA/IBAM, teve por objetivo constituir espaço para o debate e proposição de soluções para a gestão ambiental, fortalecendo as secretarias municipais de meio ambiente e atuando como órgão de representação das posições dos secretários. A proposta de organização de entidade reunindo os Secretários de Meio Ambiente foi identificada a partir da interlocução do grupo de debate do PQGA no aplicativo WhatsApp no início do ano de 2015 e rapidamente conquistou adesão de vários secretários. Ao longo do ano realizaram-se reuniões para organização, fundação e consolidação da entidade, que, além da representação estadual, é composta por 10 assembleias regionais.

Em 2017, o processo de organização do FOPESMMA teve significativo avanço, sinalizando para a sua consolidação como espaço para o debate e representação dos gestores municipais de meio ambiente.

A equipe do PQGA/IBAM, apoiada por membros da diretoria do Fórum e do Programa Municípios Verdes - PMV, empreenderam campanha de aproximação dos novos gestores ambientais com o FOPESMMA, esforço que resultou na participação dos novos secretários nas duas assembleias desse órgão realizadas no período.



A primeira, realizada em Paragominas, contou com a maioria de secretários que exercia pela primeira vez o cargo. A partir desse encontro, o Fórum instaurou intenso processo de troca e cooperação entre os gestores, que foi mantido no grupo de *Whatsapp* nos meses seguintes. O sucesso da mobilização despertou grande interesse para a composição da nova diretoria, o que de fato viria a ocorrer na assembleia geral realizada no dia 28 de junho do ano findo.

A assembleia geral contou com a presença de 97 secretários municipais, ou seja, participação de 88% do universo, se considerarmos os **144 Municípios** paraenses, ressaltando-se que somente 110 assumiram as funções ambientais. A atual presidente, Secretária de Meio Ambiente de Muaná, no Marajó, foi reconduzida ao cargo, e eleitos representantes para os demais cargos da diretoria, incluindo os 10 diretores regionais. Assim, o FOPESMMA hoje tem assento nos seguintes Conselhos em nível estadual e federal:

- Conselho Estadual de Meio Ambiente-COEMA, tendo sido nomeado como representante das organizações da sociedade civil no Conselho Gestor do Fundo Estadual de MA-FUNDEMA;
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CERH, participando de 3 das suas câmaras técnicas (a Institucional, a do Plano Estadual dos Recursos Hídricos e a de Educação Ambiental)
- Conselho Gestor do Programa do Municípios Verdes-COGES;
- Conselho dos Fundos Florestais e Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente.

Também foi realizada com apoio do PQGA a assembleia para eleição da nova diretoria do FOPESMMA. O momento envolveu a articulação das candidaturas com os secretários presentes, a participação na reunião do Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes - PMV e a realização da Assembleia Geral do FOPESMMA, que foi conduzida por técnicos do IBAM.



Amazonas

Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas (FOPES)

O IBAM participou da realização na cidade de Manaus da 13ª edição do Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas - FOPES. O Fórum é promovido semestralmente pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema e reuniu os novos gestores municipais da área para debater temas de interesse para o desenvolvimento da agenda ambiental e estabelecer estratégias que resultem no aperfeiçoamento da gestão e conservação dos recursos naturais do Estado.



O IBAM participou com exposição sobre fundamentos da atuação municipal para a gestão ambiental e apresentou as linhas de atuação do PQGA, detalhando a plataforma de serviços do Programa posta à disposição para os Municípios do Bioma Amazônia. Estiveram presentes mais de 30 secretários(as) que debateram ações para temas como combate ao desmatamento e queimada, gestão de resíduos sólidos, dos recursos hídricos, mineração, fauna, dentre outros.

Além do Pará e Amazonas, Estados onde já estão formalmente constituídos, o PQGA vem apoiando o fortalecimento desses importantes espaços de diálogo entre os gestores ambientais municipais também no Estado do Maranhão.

Orientação Técnica para Estruturação de Unidade de Conservação - UC

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Canutama/AM solicitou ao PQGA apoio e orientação técnica para estruturação da APA do Jamanduí, em Canutama, com vistas a contextualizar e obter informações adicionais sobre o cenário no qual se encontra a APA e o Município. Dada a relevância do tema e interesse manifesto pela Administração, foi definida uma primeira etapa de orientação técnica na qual foram realizados levantamentos e análises bibliográficas e de dados secundários acerca de Canutama e da região na qual se insere, com ênfase sobre as características socioeconômicas e ambientais. Na sequência, foi programada visita técnica a Canutama, incluindo atividades de campo na APA do Jamanduí. Tais atividades deram origem a um relatório técnico, que sistematizou metodologia, análises e proposições para a estruturação da Unidade de Conservação (UC) Municipal denominada Área de Proteção Ambiental do Jamanduí (APA do Jamanduí).



IBAM presente à segunda reunião do FOPES-AM

O IBAM esteve presente, em Manaus, à 14ª reunião ordinária do Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas FOPES-AM que contou com cerca de 100 participantes de 47 Municípios. O encontro teve como objetivo capacitar gestores das secretarias para o fortalecimento da gestão ambiental dos sistemas municipais e estadual de meio ambiente e estabelecer a pactuação de uma agenda conjunta.

As apresentações temáticas foram feitas pela equipe do PQGA, por autoridades estaduais e por profissionais do Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores Municipais PNC.



Mato Grosso

Parceria com Municípios e instituições da sociedade civil

As equipes do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental - PQGA e do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) realizaram reuniões nos Municípios de Colíder e Sinop para promover melhor articulação com os novos gestores públicos, Prefeitos e Vereadores.

Em Colíder, a reunião teve a participação de secretários e técnicos dos Municípios de Nova Santa Helena, Colíder e Peixoto de Azevedo, e da Secretaria Executiva do Consórcio Portal da Amazônia, sediado em Guarantã do Norte. Na reunião em Sinop, participaram os Municípios de Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Nova Ubatã, Santa Carmem, Sinop, Sorriso, Tapurah, Vera, Santa Rita do Trivelato e da Secretaria Executiva do Consórcio Alto Teles Pires, sediado em Sorriso.





Nas duas reuniões, foram apresentados o PQGA, com o cadastramento dos Municípios para que os mesmos se beneficiem da plataforma de serviços oferecida, e o Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal, projeto do IMAZON financiado pelo Fundo Amazônia.

Um dos desdobramentos foi que ambos os Consórcios acima citados, pediram o apoio do PQGA para o aprimoramento das normas ambientais municipais. Para isso, foi construída agenda conjunta com os parceiros para fazer um diagnóstico desses Municípios.

IBAM e IMAZON firmam parceria no Mato Grosso

Por conta da grande experiência e articulação de ambas as instituições no estado, o IBAM, através do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental PQGA, e o IMAZON, através de seu novo projeto Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia, com recursos do Fundo Amazônia/BNDES, somam esforços em agendas conjuntas para qualificar gestores públicos de 38 Municípios da lista prioritária do Ministério do Meio Ambiente - MMA. O objetivo da parceria é levar capacitação em gestão ambiental na modalidade presencial e educação a distância.



Consolidação do Banco de Dados de Boas Práticas de Gestão Ambiental

Identificar, documentar e disseminar boas práticas de gestão ambiental são tarefas às quais o IBAM se dedica, pois reconhecidamente constituem estímulo importante para encorajar novas iniciativas e, com isso, fortalecer políticas públicas sustentáveis por parte de Governos Municipais e instituições da sociedade civil.

Foi com esse intuito que o IBAM, por meio do PQGA, e apoio do Fundo Amazônia/BNDES, construiu e mantém um acervo com as práticas inscritas no Prêmio Gestão Ambiental no Bioma Amazônia.



O Banco de Dados reúne o acervo das 140 práticas inscritas, que envolvem 183 Municípios de oito dos nove Estados do Bioma e conta com experiências realizadas ou em desenvolvimento por Governos Municipais ou por organizações da sociedade civil, público alvo da premiação.

Conheça o acervo de práticas disponível em <http://www.amazonia-ibam.org.br/premio-gestao-ambiental-bioma-amazonia/>

PQGA lança a publicação **Gestão e Governança Local para a Amazônia Sustentável**

Trabalhando conceitos, abordagens, instrumentos e práticas, as notas técnicas do PQGA representam parte substantiva da produção especializada acumulada pelo Programa em temas muitas vezes complexos e multifacetados, mas de grande amplitude e oportunidade para o dia a dia dos Municípios.

Desde 2015 o IBAM vem se relacionando com rede de parceiros, dentre consultores autônomos e instituições, que deram sua contribuição a intenso processo de trabalho, resultando numa coleção de 50 notas técnicas divulgadas ao longo do tempo na biblioteca do PQGA. Organizada em três volumes, por subgrupos temáticos, a publicação **Gestão e Governança Local para a Amazônia Sustentável** Notas Técnicas reúne a coletânea em novo formato, mais atrativo e dinâmico.



O Volume 1 reúne orientações básicas voltadas para a implantação e consolidação do SISNAMA no âmbito municipal, em dois subgrupos temáticos, sob os títulos: a) Política Municipal de Meio Ambiente e b) Instrumentos Específicos e/ou Complementares.

O Volume 2 constitui-se de temas relevantes, sugeridos como pauta para os Municípios da Amazônia em sua atuação ambiental. As notas deste volume foram distribuídas em quatro subgrupos temáticos: Qualidade de vida local e ordenamento territorial, Controle ambiental, Prestação de serviços ambientais e Capacitação e educação para a sustentabilidade.

O Volume 3 aborda os principais instrumentos de incentivo para adoção de práticas sustentáveis por parte dos atores econômicos e gestores públicos. O conjunto dessas notas técnicas está reunido no subgrupo intitulado Promoção de práticas sustentáveis e de incentivos econômicos.

Armazém de Documentos

O Armazém de Documentos lançado pelo PQGA é resultado da interação entre gestores e demais participantes do Programa, reunindo minutas e modelos de leis, decretos, portarias, termos de referência, licenças, autos de infração, dentre outros documentos disponíveis para download.



Juntamente com a biblioteca e o mapeamento de oportunidades, o Armazém de Documentos constitui o acervo digital do PQGA.

Seu objetivo é ser um depósito livre, dinâmico e gratuito de documentos que possam contribuir para o aprimoramento da gestão ambiental nos municípios do bioma Amazônia.

Os documentos podem ser acessados no Portal do Programa em <http://amazonia.ibam.org.br/armazem>

Parcerias Ambientais Público Privadas

PAPP estabelece rumo promissor para parcerias ambientais

Ao assumir a responsabilidade da Gestão do Programa: Parcerias Ambientais Público Privadas, visava o IBAM oferecer a oportunidade de modernização da gestão das Unidades de Conservação federais que, em si, constituem 9% do total do território brasileiro, missão do Instituto Chico Mendes para a conservação da Biodiversidade ICMBio/MMA, parceiro e responsável pela coordenação técnica do Programa. Tal missão se traduz, sobretudo, pelo desenvolvimento, elaboração e aplicação de modelos e estratégias de gestão fundamentadas na constituição de alianças e parcerias com o setor privado, o terceiro setor e as comunidades residentes nas áreas e nos entornos dessas Unidades de Conservação. Como consequência dessa estratégia, visava-se a ampliação das possibilidades de visitação e de preservação da biodiversidade dessas áreas, com óbvias repercussões na cadeia produtiva do turismo em cada local onde se inscrevem esses territórios, incrementando-se as oportunidades de negócios locais, e de receitas fiscais, com iguais consequências na redução do gasto público direcionada à manutenção das unidades descentralizadas de gestão.

Assim, desde 2014, IBAM e ICMBio vêm se empenhando em desenvolver e disseminar, para os públicos externo e interno, esta estratégia. Como resultado desse esforço continuado, no ano de 2017 o PAPP ganhou impulso especial, com a realização de conjunto expressivo de atividades associadas, sobretudo, à realização de estudos conceituais, estudos de caso e iniciativas de capacitação e troca de experiências.

Este impulso tem sido possível, especialmente, por conta da sólida associação entre o IBAM; o ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente e do apoio financeiro do Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN), do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), e do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal.

Estudos de referência sobre as condições de gestão das UCs federais

Nos anos anteriores, foram realizados três estudos destinados ao reconhecimento das condições efetivas de gestão das Unidades de Conservação Federais que focalizaram os seguintes tópicos:

- (i) diagnóstico do panorama atual e dos cenários de sustentabilidade econômica e de governança da gestão das unidades de conservação em nível federal;
- (ii) levantamento e sistematização de modelos e arranjos de parcerias com o setor privado e o terceiro setor compatíveis com as necessidades de gestão das unidades de conservação; e
- (iii) avaliação do nível de desenvolvimento da gestão das unidades de conservação no Brasil, em comparação com o resto do mundo.



Além desses estudos, que podem ser consultados na biblioteca do site do Programa www.papp.org.br - o PAPP, já em 2017, viabilizou encontro com gestores e procuradores do ICMBio, visando o desenvolvimento de anteprojeto de lei destinado à regulamentação de concessões e autorizações de serviços nas áreas destinadas à visitação pública das UCs.

Em outra ocasião, promoveu encontro com gestores de UCs para que conhecessem, debatessem e assimilassem metodologias de ranqueamento das UCs, desenvolvidas por técnicos do próprio ICMBio, que resultou em outra publicação: “Índice de atratividade turística das unidades de conservação brasileiras”, que identifica, entre os conjuntos constituídos pelos Parques e Florestas Nacionais, os que apresentam maior potencial para o desenvolvimento do turismo e, consequentemente, a adoção de parcerias como forma de agilizar esse objetivo.



Estudos de caso e iniciativas-piloto viabilizados pelo Programa

Dando seguimento ao objetivo do PAPP, o projeto promoveu a elaboração de estudos de caso nas seguintes Unidades de Conservação:

- Parque Nacional do Caparaó (MG);
- Reserva Extrativista do Rio Unini (AM);
- Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais (AL/PE); e
- Território constituído pelas Florestas Nacionais de Canela e São Francisco de Paula (RS).

Os estudos, realizados por instituições contratadas pelo programa, tiveram como meta identificar potenciais parcerias e potencialidades turísticas das regiões, o potencial de negócios nos Municípios e comunidades do entorno das Unidades e, ainda, avaliar as possibilidades de aplicação de instrumentos jurídicos para o equacionamento de soluções de gestão das UCs em parcerias, com o setor privado, as comunidades e o terceiro setor.

Além destes, foram selecionados e iniciados nos dois últimos meses de 2017 mais quatro territórios para estudos similares, nas seguintes áreas: Parque Nacional de Itatiaia (RJ) território formado pelos Parque Nacional de Aparados da Serra (RS) e pelo Parque Nacional da Serra Geral (RS); o território formado pelo Parque Nacional de Anavilhanas (AM) e pelo Parque Nacional de Jaú (AM), e, ainda, o Parque Nacional de São Joaquim (SC).

PAPP promove eventos para capacitar gestores de Unidades de Conservação, fortalecer parcerias e disseminar melhores práticas

A primeira iniciativa para a capacitação dos gestores das Unidades de Conservação foi a promoção do **Seminário de Alianças Ambientais**, no Parque Nacional do Itatiaia (RJ), que focalizou a utilização do Marco Regulatório das Parcerias entre as Organizações da Sociedade Civil e a Administração Pública (Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8726/2016), visando o equacionamento jurídico de permissões e autorizações com entidades sem fins lucrativos da sociedade civil no âmbito desses territórios protegidos.

Já o Parque Nacional do Iguaçu (PR) recebeu a **Oficina de Monitoramento de Contratos de Concessões**, que contou com a participação de gestores motivados a amadurecer os processos de monitoramento, padronizar processos para garantir o cumprimento dos contratos e medir e avaliar os resultados.



Este ciclo de iniciativas destinadas, em resumo, ao aumento da capacidade de ação do ICMBio em sua missão de bem gerenciar as UCs, foi concluído, com o **III Seminário de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação** uma iniciativa do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) em parceria com o ICMBio e o **I Fórum Internacional de Parcerias na Gestão de Unidades de Conservação** com a participação do IBAM, no âmbito do PAPP.

Durante os eventos, os gestores puderam trocar experiências na gestão de UCs, com potencial para serem replicadas em outras unidades, e puderam conhecer casos bem-sucedidos de parcerias nacionais e internacionais.



Perspectivas de continuidade do PAPP

Esse conjunto de atividades foi principalmente viabilizado por meio do mencionado acordo de cooperação que o IBAM mantém com o Fundo Multilateral de Investimentos do BID, cujo prazo de finalização é o próximo mês de março. Contudo, o PAPP não acaba aí. Os recursos oriundos do Fundo Socioambiental da CAIXA deverão viabilizar novas ações no âmbito do Programa até o mês de junho de 2019.

Nesse período estão previstos novos estudos em Parques ou Florestas Nacionais que apresentem forte potencial de visitação, bem como novas oportunidades de capacitação para os gestores de UCs e de disseminação das parcerias e alianças como forma eficaz de aperfeiçoar condições de gestão das UCs brasileiras.

Planos Diretores

Plano Metropolitano

O IBAM está concluindo a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - PDDIRMVRC. O trabalho foi iniciado em 2016, sob contrato com a Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região do Vale do Rio Cuiabá - Agem, vinculada ao Governo do Estado de Mato Grosso. O plano tem como marco legal o Estatuto da Metrôpole (Lei Federal nº 13.089/2015) e é realizado em um ambiente de governança interfederativa e em território formado por seis Municípios: Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande, além de outros sete Municípios do Entorno.

Os estudos nos quais se apoia o processo de elaboração do PDDIRMVRC combinam trabalho técnico especializado, diálogo institucional interfederativo e debates em audiências públicas, visando atender às chamadas Funções Públicas de Interesse Comum - FPICs e à agenda de desenvolvimento para o futuro do Vale. Cumpridas as etapas do diagnóstico e do prognóstico, foram desenvolvidas várias atividades visando a proposta de um anteprojeto de lei que instituirá o PDDI. O plano está estruturado nos seguintes programas: Gestão Metropolitana, Cidadania para o Desenvolvimento, Identidade Cultural Regional, Economia Regional Dinamizadora, Terra Regular, Urbanismo em Rede, Mobilidade Urbana Integradora, Saneamento Ambiental e Vale Sustentável.



O processo de trabalho incluiu também apresentação e debate em audiência pública de minuta do texto legal, rodadas de reuniões com as procuradorias do Estado de Mato Grosso e dos Municípios e com o Ministério Público. A proposta consolidada do anteprojeto de lei seguiu para apreciação pelo Conselho Deliberativo Metropolitano do Vale do Rio Cuiabá - Codem, devendo, após receber o formato de projeto, ser enviado para apreciação pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Finalmente, a expectativa sobre o dia seguinte da aprovação do PDDI remete o assunto para o sistema de gestão metropolitana que poderá melhor responder às necessidades de implementação dos programas que o integram, devendo para tanto o trabalho ser encerrado com atividade estruturada de capacitação visando a montagem de um plano de trabalho.

Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

A Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, em seu art. 40, § 3º estabelece que a revisão do Plano Diretor deve ser feita após 10 anos de sua promulgação.

Este é exatamente o caso do Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA de Três Corações/MG, que foi aprovado em 2006, apresentando-se, neste momento, a oportunidade privilegiada para a reflexão sobre o próprio plano, seus resultados e seu papel no futuro da cidade e organização do território municipal: repensar a cidade, na confrontação da sua realidade com os paradigmas do desenvolvimento sustentável, que devem pautar a gestão municipal, consoante legislação federal e com o próprio PDDUA ainda vigente.



Iniciada em agosto/2017, e com término previsto para maio/2018, a assessoria técnica para a revisão do PDDUA de Três Corações destina-se a atualizar a respectiva lei e as leis complementares de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, tendo sido realizadas, até o momento:

- (i) a Conferência Municipal, que resultou na eleição dos membros do COMDUR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, instância deliberativa da sociedade para acompanhamento dos trabalhos de revisão do PDDUA;
- (ii) antecedida de um circuito de pré-Conferências nos bairros da Cidade e demais localidades do Município;
- (iii) a Primeira Audiência Pública para apresentação da Leitura Técnica das questões municipais afetas ao conteúdo do PDDUA;
- (iv) além de oficinas com as instâncias da Prefeitura envolvidas com o processo de revisão em conjunto com a equipe técnica do IBAM.

Com cerca de 80 mil habitantes, 90% vivendo em sua área urbana, os ônus do processo de urbanização de Três Corações já estão a interferir no dia a dia da Cidade e de seus habitantes, como pontos de retenção do trânsito e congestionamentos em horários de pico; ocorrência de alagamentos e deslizamentos pela ocupação de áreas impróprias; presença de áreas de vulnerabilidade social e de habitação precária; insegurança pública. Esses são exemplos de desecomomias urbanas que afetam o Município.

Sendo do tipo de cidade (porte médio) que mais cresce no Brasil atualmente, pela sua localização privilegiada em relação aos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e por suas tradições socioeconômicas de ligação com o meio rural, o Plano Diretor deverá dispensar atenção especial:

- (i) às relações entre as funções urbanas e rurais que ocorrem e diferenciam o Município;
- (ii) bem como à política local de atração de empresas.

Vale lembrar que, por força do art. 40 do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor deverá englobar todo o território municipal, e não apenas suas áreas urbanas.

No marco do compromisso com o desenvolvimento sustentável, o ordenamento da ocupação

urbana sem comprometimento do suporte ambiental é uma das linhas principais que estão a nortear a revisão do PDDUA, ao mesmo tempo em que estão sendo identificadas as potencialidades de desenvolvimento do Município, impondo-se a necessidade de assegurar o suprimento das demandas de infraestrutura e serviços e a melhoria permanente da qualidade de vida da população.

Foto: Luan S.R.



Programa de Olho no Lixo

O IBAM, em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro - SEA e do Instituto Estadual do Ambiente - INEA realizou, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID o Programa de Olho no Lixo, que atuou de forma integrada em ações de educação ambiental para evitar o lançamento de resíduos sólidos na Baía de Guanabara.

Na realização do programa jovens das comunidades de Roquete Pinto e Praia de Ramos, no Complexo da Maré, foram capacitados para atuar como Protetores da Baía de Guanabara.

As atividades foram grupadas em 3 etapas. A primeira, para que os jovens fossem sensibilizados para fazer o reconhecimento que a Baía de Guanabara faz parte da vida dos moradores e do seu entorno, possibilitou, a partir de oficinas e aulas, que atingissem o resultado de montar o mapa da Baía.



A segunda etapa foi destinada a habilitar os jovens como Protetores da Baía. Por meio de visitas e atividades de campo orientadas, foram capacitados a fazer diagnóstico dos resíduos sólidos naquele ambiente, o que viabilizou a realização da terceira etapa que se constituiu na construção de uma agenda local propositiva para o enfrentamento dos desafios do descarte irregular de resíduos sólidos.



Como atividades complementares, foram realizadas oficinas de arte-educação EcoModa e FunkVerde de modo a viabilizar a construção de instrumentos musicais, roupas e acessórios que foram criados a partir de material reaproveitado.



Trinta e oito jovens de comunidades do Complexo da Maré foram treinados e receberam certificado de Protetores da Baía de Guanabara, em cerimônia que contou com a presença de representantes de todos os organismos parceiros e do IBAM. Estes Protetores assumiram o compromisso de proteger a Baía através de um plano de educação ambiental construído por eles e de se transformar em multiplicadores de boas práticas ambientais em suas comunidades.

Plano Municipal de Saneamento Básico

O IBAM, em parceria com a Prefeitura Municipal de Mesquita e sob a coordenação da sua Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Defesa Civil (SEMOSPDEC), e apoio da CAIXA, está elaborando o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Este Plano, que conta com a participação das demais secretarias do Município, vai ajudar a definir os caminhos e ações para os futuros projetos de melhorias nos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.



O desenvolvimento dos trabalhos prioriza um processo integrador e participativo envolvendo diferentes representações da comunidade local. Com o objetivo de conhecer a opinião da população sobre os serviços de saneamento básico em Mesquita, os agentes de endemia da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) foram capacitados pelo IBAM e realizaram uma consulta pública junto aos moradores com aplicação de questionários. Foram realizadas, também, reuniões comunitárias para apresentação do início dos trabalhos e, posteriormente, para validação do Diagnóstico, onde os moradores manifestaram suas opiniões sobre os serviços prestados e proposições de melhorias para uma cidade mais saudável.

Programa de Direitos Humanos

O Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Norte foi construído de forma participativa de março de 2016 a novembro de 2017. Sob a coordenação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONSEC/RN) e assessoria técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (por meio de um convênio com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e CONANDA), o Plano Decenal é considerado importante instrumento de planejamento para a implementação e controle de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes do Estado do Rio Grande do Norte.

Sua principal finalidade é orientar o poder público da esfera estadual na implementação de políticas que efetivamente garantam os direitos infanto-juvenis e os governos municipais na efetivação de políticas nessa área.

Por meio das análises bibliográficas, entrevistas com entidades estaduais e escutas nos territórios e com crianças e adolescentes foi possível a construção do Plano de Ação que hoje conta com 5 eixos, 12 diretrizes, 48 objetivos estratégicos e 157 metas. O Plano de Ação inclui as entidades responsáveis pela execução de cada meta, seus prazos, os recursos necessários para o seu financiamento, bem como as formas de monitoramento e avaliação.

Em agosto de 2017, aconteceu na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte - ALERN a Audiência Pública do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Norte. A mesa foi composta por representantes da FUNDAC, da OAB, do Ministério Público, do Fórum DCA e do CONSEC.

Entre os meses de setembro e outubro de 2017, foi aberta a consulta pública virtual do Plano Decenal para todo o Estado, que contou com ampla divulgação na imprensa, sites locais e redes sociais.

Como última etapa, a Comissão Intersetorial entregou e apresentou o Plano Decenal dentro de uma Assembleia Extraordinária do CONSEC, a fim de que este órgão colegiado analisasse, discutisse, aprovasse e o encaminhasse para publicação.



Políticas Públicas e Participação do IBAM em Conselhos

Os conselhos de políticas públicas são canais voltados para o fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação dos temas que lhes cabem. A exemplo dos últimos anos, integrantes da equipe do IBAM atuaram junto ao Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDIM-RJ) e ao Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS-RJ), com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do controle da gestão das políticas públicas.

As ações desenvolvidas no âmbito desses conselhos, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisas sobre a temática, caracterizam o Instituto enquanto entidade de assessoramento e de defesa e garantia de direitos na política de assistência social e reafirma o compromisso do IBAM no fortalecimento da capacidade da gestão no âmbito do Governo Municipal na implementação de políticas públicas que levem em consideração, por exemplo, a garantia dos direitos a partir dos recortes de gênero, etnia, ciclos de vida, deficiência, entre outros.

Atividades no Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS-RJ e de apoio às políticas sociais na cidade do Rio de Janeiro

Com o objetivo de aprimorar o controle da gestão da política de assistência social, o IBAM, contribui para a realização das seguintes ações:

- assessoramento e aplicação do Plano de Acompanhamento e Fiscalização (PLAF) nas entidades que compõem a Rede de Assistência Social;
- elaboração de metodologia e promoção das três capacitações para inscrição e regularidade anual no CMAS-RJ, que totalizaram a participação de 250 representantes das entidades socioassistenciais, entre os meses de janeiro e março;
- revisão e elaboração de minuta de atualização da Lei de Criação e do Regimento do CMAS-RJ que contou com apoio da Consultoria Jurídica do Instituto, na análise dos instrumentos legais e nos ajustes necessários;
- participação da organização e coordenação da subcomissão de metodologia da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social;
- apoio técnico nos grupos temáticos das 10 pré-conferências de assistência social, realizadas na cidade, entre os meses de abril e julho;
- condução do painel temático - Gestão Democrática e Controle Social: o lugar da sociedade civil no SUAS - e dos grupos de trabalho da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social;
- acompanhamento do grupo constituído no Instituto Paulus responsável por estabelecer melhores parâmetros para o reconhecimento das ofertas e das entidades que atuam com Assessoramento e/ou Defesa e Garantia de Direitos no campo da Assistência Social, trazendo para o debate o que se considerou referências-base, frutos do acúmulo da experiência decorrente da própria atuação do IBAM e dos diálogos constantemente realizados com entidades congêneres, Conselhos de Assistência Social e gestores públicos de inúmeros Municípios do país;



- palestra no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio Janeiro sobre controle social e o papel dos conselheiros, realizado no mês de outubro.

Vale destacar que o IBAM pode incidir sobre a Comissão de Normas do CMAS-RJ, na medida em que um de seus técnicos - Herculis Toledo - atuou na condição de conselheiro e coordenador da referida Comissão.

Programa de Gênero e Políticas Públicas (PGPP)



O PGPP do IBAM desenvolveu ações de discussão institucional sobre as desigualdades entre homens e mulheres, tanto no âmbito de atuação dos projetos, como das relações entre as equipes internas. Como tema inicial, foram abordados os aspectos estruturais da violência de gênero nos espaços públicos e privados com as mulheres que compõem a equipe técnica do PQGA.

A Oficina “Mulheres nos Espaços Públicos e Privados”, com carga de três horas, contou com a participação de 16 mulheres que debateram sobre situações de assédio, os diferentes tipos de violência contra a mulher, as redes de apoio que existem para as mulheres em situação de violência e as formas de sensibilização/conscientização dos homens para a questão da opressão.

A partir desta atividade, foram criadas ferramentas de comunicação interna, como grupos de *whatsapp*, para dar continuidade aos debates e fortalecer a rede de trocas de informações.

Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDIM)

Desde a criação do CEDIM, em 1987, o IBAM participa ativamente das deliberações e do monitoramento das políticas públicas para as mulheres fluminenses. No atual mandato de representação da sociedade civil, Juliana Leite, assessora técnica do PGPP, desenvolveu ações como conselheira, realizando, entre outras atividades:

- participação nas reuniões mensais de monitoramento das ações da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, ligada à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI);
- articulação com deputadas estaduais da Comissão Parlamentar de Defesa dos Direitos das Mulheres para garantir orçamento na manutenção dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência;
- mobilização e participação de audiências públicas de defesa dos direitos das mulheres;
- participação no Curso de Extensão para Gestoras oferecido pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) em parceria com a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres;
- elaboração do edital de convocação das entidades da sociedade civil para a eleição do novo mandato do CEDIM.

Balço Patrimonial e Demonstração do Resultado

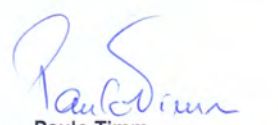
Balço Patrimonial - Ativo



INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO		
	2017	2016
CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa		
- Bancos conta movimento	1.108.325,08	52.086,10
- Saldos bancários vinculados	744.966,34	209.508,66
- Aplicações Financeiras	5.857.971,85	8.212.260,00
Contas a receber		
Convênios e Contratos	4.260.549,32	3.659.055,59
Adiantamento a Fornecedores	170.000,00	-
Depósitos em Caução	28.000,00	5.000,00
Estoques	89.104,95	86.659,39
Despesas Antecipadas	48.011,56	36.496,15
	12.306.929,20	12.261.065,89
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado		
- Imóvel	6.559.639,08	6.559.639,08
- Móveis, veículos e outras imobilizações-custo	960.349,57	960.349,57
- Depreciação acumulada	(1.385.481,75)	(1.229.718,39)
	6.134.506,90	6.290.270,26
TOTAL DO ATIVO	18.441.436,10	18.551.336,15


Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRC RJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97


Paulo Timm
Superintendente Geral
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF: 457.512.429-04

Balço Patrimonial - Passivo



INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
BALÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO		
	2017	2016
CIRCULANTE		
FORNECEDORES	28.052,38	188.124,28
SALÁRIOS A PAGAR	277.077,72	253.909,46
ENCARGOS DIVERSOS A RECOLHER	94.258,39	103.947,44
IR E OUTRAS RETENÇÕES A RECOLHER	334.193,96	198.839,31
CRÉDITOS VINCULADOS A PROJETOS	2.071.773,22	2.176.729,47
EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS	534.260,18	588.085,67
PROVISÕES	3.318.996,40	3.304.281,64
	<u>6.658.612,25</u>	<u>6.813.917,27</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.782.823,85	11.737.418,88
AJUSTES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	(5.703.042,22)
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	45.404,97	6.930,52
	<u>11.782.823,85</u>	<u>11.737.418,88</u>
TOTAL DO PASSIVO	18.441.436,10	18.551.336,15

Luiz Claudio Ferreira da Silva
 Contador
 CRC RJ 089614/0-0
 CPF: 937.633.107-97

Paulo Timm
 Superintendente Geral
 RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
 CPF: 457.512.429-04

Demonstração do Resultado



INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	dez/17	dez/16
RECEITAS OPERACIONAIS		
Contratos e Outros	31.414.832,50	32.126.668,11
Convênios	6.086.350,01	8.345.154,81
Cursos e Seminários	219.107,11	163.882,00
	<u>37.720.289,62</u>	<u>40.635.704,92</u>
CUSTOS DOS PROJETOS		
Projetos Filantrópicos	(7.811.198,43)	(8.372.066,80)
Outros Projetos	(25.583.462,58)	(28.407.386,79)
	<u>(33.394.661,01)</u>	<u>(36.779.453,59)</u>
SUPERAVID BRUTO	<u>4.325.628,61</u>	<u>3.856.251,33</u>
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Diversos	73.431,91	74.573,15
	<u>4.399.060,52</u>	<u>3.930.824,48</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	(828.432,18)	(941.473,89)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(622.490,05)	(707.375,06)
Benefícios	(525.421,43)	(584.266,10)
Serviços de Terceiros	(1.068.294,12)	(1.035.924,50)
Viagens Institucionais	(101.779,17)	(111.981,56)
Manutenção e Conservação	(102.959,53)	(86.725,84)
Despesas Gerais	(922.930,73)	(909.349,05)
Depreciação do Imobilizado	(155.763,36)	(174.343,09)
	<u>(4.328.070,57)</u>	<u>(4.551.439,09)</u>
SUPERAVID OPERACIONAL	<u>70.989,95</u>	<u>(620.614,61)</u>
Resultado Financeiro		
Receita de aplicação financeira	500.370,74	1.132.594,31
Juros e encargos	(359.452,76)	(273.685,05)
Tarifas bancárias - Concursos	(149.282,45)	(214.507,92)
Outras despesas financeiras	(17.220,51)	(16.856,21)
	<u>(25.584,98)</u>	<u>627.545,13</u>
SUPERAVID DO EXERCÍCIO	<u>45.404,97</u>	<u>6.930,52</u>
Luiz Claudio Ferreira da Silva	Paulo Timm	
Contador	Superintendente Geral	
CRJ 089614/0-0	RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ	
CPF: 937.633.107-97	CPF: 457.512.429-04	

